



atos

do conselho geral

ano LXXIV abril-junho 1993

N.º 344

órgão oficial
de animação
e de comunicação
para a
congregação salesiana

ROMA
DIREÇÃO GERAL
OBRAS DE DOM BOSCO

atos

**do Conselho Geral
da Sociedade Salesiana
de São João Bosco**

ÓRGÃO OFICIAL DE ANIMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO PARA A CONGREGAÇÃO SALESIANA

**N. 344
ano LXXIV
abril-junho
1993**

1. CARTA DO REITOR-MOR	1.1. P. Egídio VIGANÓ Educação da fé na escola	3
2. ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES	2.1 P. Antonio MARTINELLI Os Ex-alunos de Dom Bosco	36
3. DISPOSIÇÕES E NORMAS	Não constam neste número	
4. ATI VIDADES DO CONSELHO GERAL	4.1. Crônica do Reitor-Mor 4.2. Crônica dos Conselheiros	45 45
5. DOCUMENTOS E NOTÍCIAS	5.1. XVI Semana de espiritualidade da Família Salesiana 5.2. Novos inspetores 5.3. Novo bispo salesiano 5.4. Estatísticas do pessoal salesiano 5.5. Irmãos falecidos	50 52 57 59 63

EDUCAÇÃO DA FÉ NA ESCOLA

Introdução - A "raiz oratoriana" da nossa escola - O atual compromisso escolar da Congregação - O problema da relação entre "educação" e "escola" - Crise de transição cultural - Tempos de pesquisa - A atual complexidade da instituição escolar - A escola católica renovada - O compromisso didático segundo a nova evangelização - O estilo salesiano - Mestres de espiritualidade juvenil.

Roma, Solenidade de São José, 19 de março de 1993

Queridos irmãos,

saúdo-os com afeto, também em nome do Conselho Geral. Encerramos a última sessão plenária dia 5 de fevereiro passado. Iniciaram-se imediatamente as visitas de animação. Presidi, poucos dias depois, a visita de conjunto das inspetorias italianas. Em seguida, pude entrar em contato com várias comunidades, sobretudo com as duas inspetorias do México, onde preguei um curso especial de Exercícios Espirituais aos diretores, no encerramento das celebrações centenárias da chegada ao México dos primeiros cinco salesianos.

Verifica-se em toda a parte um verdadeiro empenho na aplicação das deliberações do CG23. Deus abençoa a Congregação também em situações delicadas, não só na vasta fronteira das missões, mas também nas presenças novas da Albânia, da Sibéria e de várias nações da ex-União Soviética.

Verdade é que as forças continuam contadas, sobretudo em certas regiões de escassa fecundidade vocacional, mas, vivendo a autenticidade dos conselhos evangélicos e evitando o perigo do aburguesamento, Dom Bosco nos estimula e ajuda a não parar, deixando, quem sabe, o que já não constitui elemento de significatividade salesiana.

Entre os temas que vi constituírem matéria de competente reflexão em encontros e reuniões de revisão e de formulação de projetos está o da educação dos jovens na *fê em nossas instituições escolares*. É um argumento rico e desafiador. Não é algo simples nem pacífico, mas certamente vital para a renovação da Congregação.

Por isso é que julgo oportuno convidá-los a refletir sobre o tema da escola, considerando-o em alguns dos seus aspectos mais empenhativos. É impossível, de fato, falar da missão e da obra salesiana sem que esse tema surja no centro do discurso. Ele constitui, por outro lado, de uma forma ou de outra, positiva ou negativamente, importante experiência educativa que deve ser valorizada.

A "raiz-oratoriana" da nossa escola

Vi, no México, ao norte, em algumas cidades da fronteira com os Estados Unidos e, ao sul, na península de Yucatán um promissor relançamento do oratório salesiano nos subúrbios mais populares e de risco. Nessa singular experiência percebe-se logo que a presença oratoriana, rica de dinamismo, se torna quase necessariamente núcleo criativo de outras iniciativas, justamente diante das necessidades concretas desses jovens. O oratório salesiano não é uma instituição já de todo definida, muito menos uma espécie de alternativa em confronto

com outras estruturas, mas, antes, ele leva a uma procura das modalidades educativas mais úteis aos jovens necessitados. Entre estas emergem quase de súbito iniciativas escolares para o mundo do trabalho ou para a formação civil e social. Pode-se dizer que o oratório (ou seja, a presença entre os jovens mais necessitados) se torna também a fonte de estruturas escolares, com estilo e espírito próprios.

Já o vimos em Dom Bosco. Desde os primeiros anos das suas atividades em Valdocco, inseriu criativamente o componente escolar no seu apostolado juvenil, conservando nele as finalidades, o clima e os critérios oratorianos. Quando se lhe ofereceu a oportunidade, aceitou escolas já em funcionamento ou ele próprio abriu várias, guiado sempre pelo seu intento oratoriano inicial e pelo seu método característico de educar os jovens do povo para a vida social e eclesial.

Penso que se deve levar em consideração a “raiz oratoriana” e a característica popular das nossas escolas. Acertadamente nos lembram as Constituições renovadas que a experiência do oratório de Dom Bosco em Valdocco “continua critério permanente de discernimento e renovação de cada (nossa) atividade e obra”.¹ É um critério que parte da realidade juvenil e popular, procurando os meios mais adequados a uma educação integral sobretudo dos mais necessitados.

Na sua expansão pelo mundo, a Congregação foi-se inserindo no movimento de difusão popular da escola católica, seguindo os modelos correntes, melhorando-os e transformando-os com a sua identidade específica e com as suas intuições pedagógicas. Nisto foi guiada pela convicção, corroborada pela práxis, de que a escola constitui um meio privilegiado de educação da juventude, um elemen-

¹ *Const.* 40.

to válido de promoção popular e um ambiente de evangelização de particular eficácia.

Assim é que mais do que contrapor “oratório” e “escola” como duas instituições definidas e separadas, para nós elas se atraem e iluminam mutuamente, intercambiam critérios e modalidades, enriquecendo-se reciprocamente nas suas finalidades educativas e evangelizadoras, ao mesmo tempo que se caracterizam pela destinação de ambos aos jovens necessitados do povo.

O atual compromisso escolar da Congregação

Depois de mais de cem anos de vida, estamos a trabalhar, segundo os dados do último Capítulo Geral, em muitas centenas de instituições escolares, que compreendem simultaneamente escolas primárias (501), secundárias do primeiro grau ou médias (498), secundárias superiores (296), técnicas (89), faculdades universitárias (34), escolas paroquiais (677) e centros de alfabetização (95).² A estas devem somar-se as escolas profissionais (252) e agrícolas (53).³ Os salesianos empenhados em tempo integral são cerca de 4.300, e outros 1.800 em tempo parcial; contam também com mais de 35.000 colaboradores leigos, para educar 800.000 jovens.

Se contarmos ainda a intensa dedicação escolar das FMA, os números duplicam.

Nossa Família se apresenta, pois, como um movimento de educadores solidamente empenhados também na área escolar. E os diversos confrontos em nível de estatísticas religiosas fazem-no emergir com clareza.

Mas não se trata apenas de quantidade. Na Congregação sempre se deu particular atenção à

² *La Società di san Francesco di Sales. Dati statistici. Roma 1990, pp. 56-57.*
³ *Ib* pp. 64-67.

escola a fim de garantir-lhe competência e qualificação. No tempo em que sua validade era indiscutível, procurou-se tornar mais perfeita a organização, instaurar nela uma disciplina razoável, atingir plena eficiência didática, zelar por sua incidência educativa e do nível cultural. Em tempos dominados pela contestação, houve a preocupação de descobrir as causas da crise, de responder às novas exigências pedagógicas e pastorais, de reafirmar as vantagens da instituição escolar, conquanto não se lhes ignorassem os limites. Procurou-se, sobretudo, redefinir a identidade da escola salesiana animada com o espírito oratoriano do Sistema Preventivo.

Nesse caminho ininterrupto de reflexão e orientação, foram atingidas perspectivas diversas e complementares, que, juntas, ainda constituem uma síntese válida: o projeto educativo, a comunidade educadora, a animação pastoral, a adequação ao lugar.

O CG21, que elaborou suas orientações à luz da *Evangelii Nuntiandi* e sob sua influência, visando exatamente à evangelização dos jovens, reafirmava a validade da presença salesiana na escola e resumia-lhes as qualidades com estas palavras: “A escola oferece possibilidades de encontro e de relacionamento pessoal com muitos jovens; dá oportunidade para formar com eles comunidades nas quais o empenho cultural é iluminado e permeado pela fé; a ação pastoral alcança também os pais e os colaboradores, encarnando a mensagem num projeto temporal de promoção da pessoa. Permite afirmar, com os fatos, o direito a projetos alternativos de educação em sociedades nas quais a hegemonia cultural ou o monopólio educativo limitam os direitos da família no tocante à educação dos filhos”.⁴

⁴ CG21 130.

O problema da relação entre “educação” e “escola”

Preocupado com a educação dos jovens na fé, o CG23 sugere um balanço da relação que existe hoje entre “educação” e “escola”; não esconde as dificuldades existentes, que para serem superadas exigem uma renovação complexa e decidida. “No sistema educativo das nossas complexas sociedades, nota-se a preponderância da instrução e do dado científico sobre as intenções educativas e sobre a formação global da pessoa. Este fato cria uma dissociação entre sistema educativo e vida, entre ensino e formação global da pessoa, e torna difícil a elaboração de uma cultura pessoal”.⁵

⁵ CG23 56.

Destarte foi-se criando, vezes entre nós, uma verdadeira separação entre o programa escolar e as preocupações relativas à vida e ao sentido próprios da idade evolutiva.

Por outro lado, a presença simultânea de numerosas agências educativas visíveis ou não, quase em concorrência, relativizam a influência e o valor real da escola em referência às propostas verdadeiramente educativas.

Entretanto, o CG23 reconhece que a escola é ainda o ambiente em que a educação da fé pode ser “inserida numa visão do mundo e da vida que o jovem constrói mediante o aprendizado das matérias e a elaboração de um projeto do próprio futuro”.⁶

⁶ CG23 267.

Todavia, as vantagens oferecidas pelo ambiente escolar não são favas contadas. Devem ser intencionalmente visadas e atingidas numa situação realmente inédita, na qual se entrelaçam fatores múltiplos. De aí o convite a repensar, com vistas à educação da fé, o conteúdo e o enfoque das diversas disciplinas, a visão cultural subjacente, a estrutura

⁷ CG23 270-273.

e o estilo da comunidade, os programas explícitos de ensino religioso, a experiência do compromisso cristão.⁷

Por outra parte, nunca faltaram nos períodos anteriores desejos e propostas de renovação neste sentido.

Provam-no, além dos Capítulos Gerais do pós-concílio, os “Elementos e Linhas do Projeto educativo para as escolas salesianas”, oferecidos às inspetorias pelo dicastério competente, o desenvolvimento teórico e prático da comunidade educativa e da formação dos colaboradores, o tema da evangelização na escola que produziu notáveis transformações de critérios e métodos, muito embora tenham surgido posteriormente sérias dificuldades de compreensão.

Houve momentos de aprofundamento desses aspectos em diversos encontros regionais (por exemplo na Itália,⁸ na Espanha, na América Latina-Pacífico). Para a formação de agentes, o Dicastério da Pastoral Juvenil promoveu, em colaboração com a nossa Faculdade de Ciências da Educação, um curso em cada um dos últimos sexênios. Se a isso se acrescentar a sempre recomendada presença na equipe de pastoral de um encarregado da dimensão educativa e ainda todo o material produzido pelos irmãos por ocasião de dias de estudo, ver-se-á que nos movemos sempre com fidelidade a Dom Bosco.

O resultado foi a afirmação didática e cultural de não poucas escolas nossas, mesmo em ambientes muito exigentes, com o apreço e o constante pedido das nossas escolas por parte das famílias.

Se é verdade que a realidade juvenil sugeriu a abertura de novos campos de atuação, reduzindo desse modo a percentagem do empenho escolar na ação global da Congregação, seria errado interpre-

⁸ Cf. *Scuola salesiana in Italia. Atti della Conferenza delle Ispettorie salesiane d'Italia sulla scuola*. Roma 1984.

Il progetto educativo della scuola e della formazione professionale (1992), elaborado conjuntamente pelos SDB e FMA.

tar este fato como um início de abandono ou de desinteresse da escola. No caso nunca faltaram estímulos e orientações do Magistério da Igreja e do centro da Congregação. Por motivos explicáveis, talvez tenha faltado a reação em nível local onde as diretrizes deveriam encontrar aplicação.

No campo escolar não estamos perdidos no caminho nem atrasados, mas, de qualquer maneira, sentimos que devemos enfrentar uma realidade que estava e está em movimento sob muitos aspectos, como demonstram a complexidade crescente, o aumento dos colaboradores leigos, as novas exigências didáticas, uma preocupação de nova evangelização ante as possibilidades de educar na fé, o contato com a sociedade e a região, a exigência de requalificação por parte dos irmãos.

Entre os subsídios mais autorizados que nos devem inspirar podemos lembrar a Declaração conciliar *Gravissimum Educationis*, a carta *A Escola católica* da Congregação vaticana para a Educação (março de 1977) e *O Leigo católico, testemunha da fé na escola* (1982) da mesma Congregação, *La Scuola cattolica, oggi, in Italia*, da Conferência Episcopal Italiana (1983) com o subsídio *Fare pastorale della scuola oggi* (1990). *A dimensão religiosa da educação na escola*, da Congregação da Educação católica (1988), vários discursos do Santo Padre, diversas manifestações das Igrejas locais e o documento do CG21 *A Escola como ambiente de evangelização*.⁹

⁹ CG21 128-134.

Crise de transição cultural

A realidade humana está de verdade em movimento, e de forma acelerada. No clima cultural do nosso tempo registram-se mudanças radicais que

fazem pensar no início de nova época histórica em nível planetário. Alguém fala de uma como revolução cultural do mundo.

Várias as “res novae” que emergem na sociedade. Onde a aceleração é mais intensa, fala-se já de passagem da “modernidade” à “pós-modernidade”,¹⁰ ou seja, de um tipo de cultura apoiada na convicção do progresso infinito e centrada na capacidade da razão humana sem espaço para a transcendência (e por isso criadora de agnosticismo e de ideologias totalizadoras) a outro tipo de cultura conhecida como “baixa”, radicalmente cética, aberta a uma eventual transcendência qualquer, mas de forma relativista (como a religião proposta por New Age), que se caracteriza mais pela queda das falsas certezas que pela contribuição de verdadeiros argumentos de esperança.

Sem entrar no mérito das opiniões sobre “moderno” e “pós-moderno”, há que constatar, sem mais razão, a intensificação de um clima de subjetivismo, de relativismo, de pluralismo, de modas novas que propõem diversos “pós”, chegando a considerar a própria fé como ultrapassada, colocando-a num “pós-cristianismo” no qual a missão da Igreja se mostraria obsoleta.

De outro ponto de vista, porém, essa evolução oferece também possibilidades interessantes. De fato, a queda das ideologias e dos mitos sócio-políticos elevados à condição de religiões seculares faz constatar aos poucos, e sempre num crescendo, que a fé cristã vem a ser, de modo definitivo, o único ponto de referência estável e promissor, que ilumina, defende e promove perspectivas de verdadeiro humanismo, rico de significados e objetivos que dão um sentido à vida e à história e movem os corações à esperança. A recente publicação do *Catecismo da Igreja Católica*

¹⁰ Cf. CIVILTÀ CATTOLICA n. 3418: *La fede cristiana nell'epoca postmoderna*, 21 de novembro de 1992.

pode ser considerada como um sinal histórico que aponta o verdadeiro ponto de referência para o futuro. Pode-se pensar que tenha soado a hora de um novo empenho de inculturação do Evangelho: “uma hora — como escreveu João Paulo II — magnífica e dramática da história humana”.¹¹

¹¹ *Christifideles Laici* 3.

Surgem as condições culturais para nos abalancarmos com inteligência pedagógica à nova evangelização, com a possibilidade de finalmente sanar o pernicioso divórcio entre Evangelho e cultura: porque a crise traz consigo a exigência de cuidar das próprias raízes da cultura emergente.

O Santo Padre insiste muitas vezes no tema que lhe é tão congenial: “Embora o Evangelho não se identifique com nenhuma cultura em particular, deve inspirá-las para, desta maneira, transformá-las a partir de dentro, enriquecendo-as com os valores cristãos que derivam da fé. Na verdade, a evangelização das culturas representa a forma mais profunda e global de evangelizar uma sociedade”.¹²

¹² Santo Domingo, Discurso inaugural, n. 20.

“A ausência dos valores cristãos, fundamentais na cultura moderna, não apenas tem ofuscado a dimensão transcendente, mas é ainda causa determinante do desencanto social, no qual se gerou a crise desta cultura. Um dos desafios à evangelização é intensificar o diálogo entre as ciências e a fé, para criar um verdadeiro humanismo cristão”.¹³

¹³ *Ib.* 21.

Isso tudo nos leva a refletir de outra maneira sobre a natureza e missão da nossa escola. Não poucas escolas católicas ficaram, talvez, deslumbradas diante das novidades culturais, sem encontrar logo a maneira de sugerir uma resposta adequada aos urgentes desafios.

A inserção numa cultura tão agitada e pluralista propõe, de fato, aos jovens, sem pronunciar juízos

de valor, visões diversas quanto ao sentido da vida e seu enfoque ético e religioso. Por isso, ao passo que para a solução dos problemas práticos se oferecem dados objetivos e partilhados, no que diz respeito aos problemas vitais a situação continua fortemente marcada pela subjetividade.

Isso repercute particularmente na educação religiosa, entendida no seu sentido elementar de resposta às interrogações da existência e mais ainda na educação cristã no seu múltiplo aspecto de conhecimento da revelação, de experiência de uma vida empenhada e de visão global da realidade.

Muitos fatores concorrem para agravar este fenômeno. Um deles é por certo a desigualdade da instrução religiosa diante da totalidade das informações e mensagens que os jovens recebem. Assim sendo, os conhecimentos da fé permanecem vagos, imprecisos, incompletos, confusos. Outro é a interrupção — nos países cristãos — do processo catequético no período da adolescência, quando afloram os problemas do sentido, da ética, da cultura, da sociedade. Na realidade, o último programa sistemático de formação cristã é muitas vezes o da preparação para a crisma.

Mais ainda influi o que o CG23 aponta como a progressiva irrelevância da fé na cultura e na vida à proporção que crescem na pessoa os conhecimentos e as dimensões da existência. “No mundo do bem-estar — escreve o CG23 —, e por revêrbero também em outros contextos, o valor religioso foi posto à margem dos componentes da nova sociedade e dos aspectos que se reputam essenciais à vida social. Para os jovens, especialmente para os que vivem nesse clima, o questionamento de Deus não é relevante, e a linguagem religiosa (salvação, pecado, fé, futuro) esvaziou-se do seu significado... A

proposta religiosa já não encontra espaço cultural para se expressar de forma compreensível. É o aspecto dramático do, por outro lado, legítimo processo de secularização”.¹⁴ Tudo isso se revela imediatamente a um observador atento; mas representa apenas um setor dos aspectos problemáticos.

¹⁴ CG23 83.

Afortunadamente, porém, afloram também tendências positivas, ainda em estado germinal, talvez. São os valores e exigências que dizem respeito à pessoa, considerada como sujeito determinante em todos os processos educativos e sociais. Tais valores e exigências aconselham a percorrer os itinerários da busca de sentido para levar à descoberta do mistério que a vida humana traz dentro de si. Sugerem, outrossim, que se ponha o fito na formação da pessoa, ativando particularmente os dinamismos que favorecem o desejo e a capacidade de um crescimento contínuo durante todo o decurso da vida. Positivo e estimulante é também o novo cenário da mundialidade, que se expressa na solidariedade com os vizinhos e os distantes, no respeito dos direitos naturais e civis de cada um.

Disso tudo falamos na circular sobre a nova educação.¹⁵ O nosso CG23 afirma; “Muitos jovens apelam para novos valores, capazes de regenerar as relações inter-pessoais e de oferecer uma estrutura social mais rica. Na vida dos jovens manifestam-se algumas insistências: a centralidade da pessoa, princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais; a descoberta do valor da dignidade igual e da reciprocidade homem-mulher: um modo novo de construir relações, baseadas na liberdade interior e na justiça social; um conjunto de valores ligados à diversidade (por exemplo, a tolerância, o ecumenismo, o respeito ao diferente) e à solidariedade (a nova visão da paz e do desenvolvimento,

¹⁵ Cf. ACG 337, pp. 3-43.

a totalidade e a globalidade do crescimento); uma renovada atenção às realidades culturais e religiosas, para além dos aspectos de pura técnica; uma marcante sensibilidade aos grandes problemas do mundo...; uma significativa redescoberta do ambiente e da necessidade de sua salvaguarda”.¹⁶

¹⁶ CG23 49.

Nem todos os valores proclamados e desejados pelos jovens chegam a transformar-se em convicções, atitudes e comportamentos permanentes capazes também de gerar decisões duráveis e opções de vida. Existe, na realidade, certo rompimento entre proclamações partilhadas e cultura vivida, entre normas e critérios aceites e aspirações subjetivas, entre objetivos sociais e projetos pessoais.

Esta situação de desorientação (pelo fascínio de tantas novidades) fez também perder, de fato, a credibilidade de algumas escolas católicas.

Tempos de procura

A mudança epocal em que vivemos nos leva, pois, a metas culturais que se devem preparar. O Concílio Vaticano II foi graça imensa do Espírito do Senhor para guiar a Igreja numa hora tão complexa e fecunda.

Os defeitos e carências da atividade escolar pré-conciliar provocaram nos agentes escolares uma justificada preocupação de buscar novas modalidades de presenças apostólicas que, muitas vezes e de fato, levaram a descuidar ou a reduzir a função educativa de uma escola católica renovada.

Pastores houve totalmente privados de sensibilidade nesta questão, não obstante as explícitas orientações do magistério. Vários Institutos de vida consagrada abandonaram suas obras escolares como se fossem um resíduo de tempos superados.

Passaram, porém, os anos e vai emergindo cada vez mais claramente uma crítica explícita a tais atitudes. Vimo-lo na 4ª Conferência do Episcopado Latino-americano em Santo Domingo¹⁷ e também em afirmações de outras Conferências episcopais. O secretário da Conferência Episcopal Italiana, por exemplo, Mons. Dionigi Tettamanzi, afirmou com franqueza num encontro com os provinciais da Itália (novembro de 1992): “Cabe aos religiosos (ao menos de não poucos!) o mérito de acreditar na Escola católica, mesmo em anos de generalizada desatenção eclesial e por vezes de verdadeira incompreensão deste serviço específico à educação”.¹⁸ Já a carta da Congregação para a Educação Católica, de 15 anos atrás, exortava a não se deixar desviar pelo apelo sedutor de atividades apostólicas muitas vezes só na aparência mais eficazes.¹⁹

Sabemos que a nova evangelização é por si mesma inseparável da promoção humana e da cultura cristã;²⁰ os dois aspectos, “promoção” e “cultura”, constituem, com efeito, uma dimensão privilegiada dela. Para evangelizar a juventude, que se encontra na idade evolutiva, é preciso saber agir a partir do seu crescimento humano e do seu amadurecimento cultural. Acertadamente o episcopado latino-americano em Santo Domingo considerou a educação católica como “mediação metodológica para a evangelização da cultura”.²¹

Ora, posto que seja verdade que a educação ocupa um espaço muito mais vasto que o da escola, esta deve ser considerada — se quiser ser verdadeiramente tal — exatamente como uma instituição das mais influentes no próprio campo da educação integral. Ela é chamada pela própria natureza a promover o amadurecimento da pessoa, desenvol-

¹⁷ Cf. *ACG* 343, pp. 16-18.

¹⁸ CISM janeiro-fevereiro de 1993.

¹⁹ *Scuola cattolica* 89.

²⁰ Cf. *ACG* 343, pp. 6-10.

²¹ *Documento inaugural* 271.

vendo a partir de dentro da sua evolução os horizontes do sentido da vida, cuidando de não a fechar numa programação redutiva de simples instrução científico-técnica: ela deve ser lugar de humanização com uma válida concepção da existência humana, com uma escala de valores e com uma visão global do homem, da sua história e do mundo. Somente um racionalismo abstrato pode fazer pensar numa escola dita “neutra” ou asséptica, que não se acha a serviço de uma cultura mas de informações descompromissadas, sob o signo de um vago relativismo agnóstico.

Ora, toda cultura reporta-se a um humanismo e, no atual pluralismo da sociedade, o humanismo cristão — como já insinuamos — apresenta uma profunda originalidade e uma retomada crescente da sua valência social na busca do bem comum.

A escola católica não representa em absoluto uma obra de suplência. Ela é uma contribuição original e preciosa para a vida da sociedade civil, antes um verdadeiro direito dos homens. A liberdade que deveria caracterizar o Estado democrático exige que a cultura seja determinada pelos próprios cidadãos segundo as suas competências e convicções e não apenas pela autoridade pública, cuja função é promover e proteger, nunca monopolizar. A função do Estado é subsidiária, e se “arroga a si o monopólio escolar, vai além de seus direitos e ofende a justiça”.²²

²² *Libertatis*
Conscientia 94.

A hodierna complexidade da instituição escolar

Como dizíamos, a escola pertence ao âmbito da cultura, participa de sua autonomia segundo as exigências daquela “laicidade” que é ínsita à ordem

temporal — assim como quis o próprio Cristo enquanto Verbo criador — à sua consistência e finalidades.

Essa “laicidade” institucional é própria de toda escola enquanto tal. Não se opõe à inspiração cristã que qualifica a posição da escola católica, porque a fé não põe nenhuma limitação ou condicionamento à natureza e missão da ordem temporal e, pois, da escola; antes lhe purifica e estimula as finalidades, defendendo-a das tentativas de manipulações ideológicas de vários gêneros. Enquanto “escola” ela se destina à promoção humana com a perspectiva de educar a pessoa para o bem da sociedade civil.

As exigências da natureza e missão cultural da escola são hoje múltiplas e vão crescendo em todas as sociedades.

Nasceu, assim, para a escola uma complexidade em movimento. Ela se manifesta em primeiro lugar na ordem da docência na qual a informação científica exige sempre reestruturação de programas e disciplinas, uma nova articulação deles e correspondentes novidades nos métodos e instrumentos didáticos.

Há também as exigências de coordenação dos diversos componentes da entidade-escola, as responsabilidades didáticas e disciplinares, o funcionamento dos vários conselhos, a inserção dos pais, o relacionamento com o pessoal auxiliar, a atualização do prédio com a adequação a novas normas legais e, particularmente incisivo, o problema da manutenção econômica.

A complexidade reside também no esforço por proporcionar uma verdadeira educação, o que exige convergência de visão que dê forma a uma atividade suficientemente coordenada e capaz de exprimir um empenho cultural comum.

Todos esses aspectos se enunciam rapidamente. Seu funcionamento pedagógico, porém, implica programações pacientes, realizações metódicas, convergências laboriosas e reequilíbrios contínuos. Caso não haja esse esforço de coordenação, a instituição escolar corre o perigo de não ser verdadeira escola de vida; é vista mais como “tempo de obrigação” para armazenar dados e ter certa competência funcional; torna-se antipática aos alunos, induzindo-os a ocupar alhures seu “tempo livre”.

É preciso acrescentar, porém, que se houver um esforço de organicidade, a complexidade significará também riqueza, porque fará convergir a indispensável pluralidade de funções, as exigências didáticas e os aspectos educativos numa integração harmônica que, sem suprimir as naturais tensões entre pólos diferentes, orienta-lhes as energias para mais eficaz capacidade de crescimento cultural.

A complexidade, inerente à atual evolução histórica, leva a refletir na seriedade e urgência de novas exigências da escola hoje, que importam a capacidade de adquirir e desenvolver uma autêntica profissionalidade educativa não somente geral mas também especializada. Com efeito, a gestão da estrutura global, o nível didático, a animação da comunidade educativa, a proposta cultural, o diálogo entre a informação científico-técnica e a significatividade dos valores exigem uma base de conhecimentos sistemáticos e de práticas pedagógicas acompanhadas de contínua atualização.

As ciências da educação desenvolveram-se em muitas direções e exigem perfis especializados. Urge superar a tendência a considerar o aspecto do ensino como puramente técnico, com finalidades mais funcionais do que educativas. Ao contrário, uma reflexão mais profunda sobre o aspecto

educativo do momento didático faz emergir e recuperar os valores intrínsecos ao processo de aprendizado enquanto educa a mente para justamente formular perguntas, elaborar com retidão os dados, aplicar e exercitar a inteligência, elucidar não só as relações entre os dados empíricos, mas também descobrir o sentido da totalidade.

Mas se o ensino-aprendizado já como exercício contém valores educativos, o patrimônio cultural com o qual a escola estabelece contato oferece ainda mais elementos de crescimento. Em tal sentido foram sublinhados os horizontes que as diversas áreas do saber abrem sobre a realidade humana e sobre a matéria, e as atitudes de mente e de alma que criam.

Se o conjunto dos conteúdos e dos métodos for convenientemente colocado, deveria amadurecer nos jovens uma mentalidade humanista, que leva a colocar a pessoa acima das coisas; uma cultura de dimensão ética, isto é, que torna habitual o cotejo com a consciência e com os valores objetivos; uma cultura solidária, que concebe o progresso como uma partilha de bens por parte de todos e não proclama como princípio a corrida à afirmação individual; uma cultura do sentido, aberta ao transcendente, capaz de acolher as interrogações da existência e procurar respostas.

Isso tudo só se torna possível quando a reflexão primeira e fundamental da qual procedem os objetivos educativos foi feita justamente sobre a cultura que a escola comunica com todos os seus elementos, particularmente com o ensino. O problema central da escola é, pois, o seu enfoque cultural, o que quer dizer seu reflexo integral sobre o homem, com vista à sua formação para a paz, para a solidariedade, para os direitos humanos, para a ecologia, para a melhoria da sociedade e do mundo.²³

²³ NB: Recomendamos a leitura do documento *La scuola cattolica* nos nn. 26-37.

A escola católica renovada

Que características deve apresentar hoje uma escola renovada com o qualificativo de “católica”?

Podemos dizer que nestes decênios pós-conciliares a escola católica submeteu-se a um profundo repensamento. A nova evangelização da cultura evidencia o tom do humanismo cristão que a deve distinguir e que a escola traduz num projeto educativo próprio.

O projeto exige que ela seja, antes do mais, autenticamente “escola”, isto é, que se concentre na educação mediante a comunicação e elaboração do saber; e o faz com o sentido de uma justa “laicidade”, sem concessões a interpretações laicistas nem instrumentalizações ideológicas. Ela de fato conhece, respeita e promove a transmissão da cultura como precioso serviço à sociedade civil.

Se não for verdadeira “escola”, não poderá ser genuinamente “católica”.

Mas se for verdadeira escola, e muitas vezes mais escola que muitas outras, convém lembrar logo o direito que ela tem de paridade (ou igualdade) social com as demais escolas, de modo particular no que se refere aos aspectos financeiros: “O Estado não pode, sem cometer uma injustiça, contentar-se de tolerar as escolas particulares. Elas prestam um serviço público e, por conseguinte, têm o direito de ser ajudadas economicamente”.²⁴

É, essa, uma consideração genuinamente democrática que é mister fazer emergir por toda a parte no âmbito social e político. Os católicos são cidadãos como todos os outros; eles constituem, juntos, a Igreja de Cristo, que não é alternativa nem “parte” separada de nenhuma sociedade civil; é, antes, um fermento de promoção e de libertação para purificar e revigorar seus valores humanos.

²⁴ *Libertatis*
Conscientia 94.

Evidentemente existem vários defeitos e atrasos que hoje se devem reparar, assumindo e testemunhando com clareza a virada eclesiológica do Vaticano II. A Igreja, servidora da humanidade, considera a escola católica como um dos meios mais idôneos e conformes à sua ação no mundo como “sacramento de salvação”; é um meio que se deve privilegiar com o máximo empenho, um incomparável serviço que se deve cuidar “como a menina dos olhos”.²⁵

Ela constitui um ambiente privilegiado de nova evangelização justamente porque estreitamente ligada à cultura.

O Concílio Vaticano II afirmou explicitamente: “Não menos que as demais escolas, visa ela (a escola católica) os fins culturais e a formação humana dos jovens. É, porém, característica sua criar uma atmosfera de comunidade escolar animada pelo espírito evangélico da liberdade e da caridade, auxiliar os adolescentes a que no desdobramento da personalidade também cresçam segundo a nova criatura que se tornaram pelo batismo. Visa ainda orientar toda a cultura humana para a mensagem da salvação, a ponto de iluminar-se pela fé o conhecimento que os alunos gradativamente adquirem do mundo, da vida e do homem”.²⁶

A escola católica privilegia, pois, no âmbito escolar o aspecto educativo em íntima relação com a cultura, sobretudo numa hora de crise como a atual, a fim de superar tanto os reducionismos antropocêntricos da modernidade como o subjetivismo e o relativismo da baixa cultura.

Na sua complexidade institucional a escola católica busca constantemente a organicidade dos vários componentes e uma dimensão comunitária fundamental. A insistência do Vaticano II na

²⁵ Cf. João Paulo II, 28 de junho de 1984.

²⁶ *Gravissimum Educationis* 8.

eclesiologia de comunhão implica uma virada decisiva na estruturação da escola católica, que deve cada vez mais transformar-se e funcionar como “comunidade educativa”. Ela quer ser servidora da sociedade civil justamente enquanto sujeito comunitário eclesial.

Como tal ostenta um significado e difunde uma mensagem mesmo quando inserida num ambiente de maioria não cristã e seus destinatários professam outra religião.

Mas nos contextos de tradição católica é chamada a tornar-se também uma espécie de “comunidade cristã de base”, na qual se elabora uma válida síntese entre Evangelho e cultura mediante o testemunho de uma síntese entre fé e vida sobretudo por parte do conjunto dos educadores.

E isso leva à inserção da escola católica no tecido vivo da Igreja local. Não, pois, um castelo independente, mas um lugar privilegiado de partilha e colaboração na área mais vasta de uma pastoral juvenil mais orgânica: um “centro de comunhão e participação”, como diz para nós o CG23. Pode-se dizer que a escola católica deveria contribuir para levar a sociedade civil a maior democracia e a comunidade cristã a maior eclesialidade.

Dessa maneira a escola católica aperfeiçoa o seu ser de verdadeira escola com a inspiração cristã de cada um e da comunidade educativa; preocupa-se com a transmissão cultural do saber à luz da revelação de Cristo; e considera seu empenho institucional contribuir para o bem seja da sociedade civil seja da Igreja enquanto servidora do homem.

Como expressão qualificada de nova evangelização, a escola católica se esforça por saber comunicar os princípios evangélicos a partir dos valores culturais, unificando e harmonizando as verdades que

fluem tanto do mistério da criação como da redenção; ou seja, de Cristo autor do mundo na sua “laicidade” e dEle como libertador e recapitulador de tudo na plenitude escatológica da Páscoa.

Outro aspecto característico da escola católica é o de envolver os fiéis leigos nas várias atividades educativas. O relançamento da vocação e missão do fiel leigo na Igreja adquiriu hoje particular incisividade nesta renovação. Não é fácil saber formar uma “comunidade educativa” harmônica e atuante; a meta é fazer com que se torne “sujeito eclesial” por meio de contínuas iniciativas que se devem inventar e cuidar.

Problema de fundo da educação cristã é o da autenticidade do comportamento dos sujeitos educadores, individualmente como pessoas e, de modo especial, enquanto comunidade. A síntese entre cultura e Evangelho é mediada pela síntese entre fé e vida nos educadores e por um clima de transcendência de fé na visão do mundo, da história e da conduta ambiental. As opções de significatividade da existência, as propostas de vida cristã, a animação evangélica do ambiente educativo levando em consideração os atuais condicionamentos culturais, a consciência de identidade na situação de pluralismo unida à capacidade de diálogo, são todas elas aspectos inerentes à comunidade educativa na escola, para que seja e opere de fato como sujeito eclesial chamado a viver e construir um clima de atraente espiritualidade pedagógica, que harmonize, de forma simultânea de síntese vivida, o papel tanto de comunidade eclesial como de sujeito civil.

Cabe aos educadores encher com os valores da educação o projeto didático da escola, incorporando-o a um conjunto de atividades educativas mais amplas e complementares. A coordenação entre as

várias contribuições educativas é obra de uma comunidade à procura de uma qualidade global de educação cristã no conjunto das atividades.

Emerge desta reflexão a necessidade de uma intensa renovação da dimensão comunitária centrada na missão educativa.

É necessário que os educadores da escola se tornem um sujeito educador muito capaz, que saiba interpretar e transmitir a riqueza cultural de cada povo com a ótica iluminante da fé cristã, fazendo referência à fonte das energias pascais.

A escola católica apresenta-se hoje mais como tarefa por realizar do que uma instituição já estruturada e aprovada: sem ser alternativa à pública, apresenta-se como aperfeiçoamento do mister escolar enquanto tal numa hora promissora e difícil da história.

Além desse empenho característico do estilo comunal cristão, ela deve preocupar-se com um profundo pensamento da sua específica docência escolar.

A atividade didática segundo a nova evangelização

Vale a pena refletir um pouco no delicado aspecto da atividade didática na escola católica. Para bem entender-lhe as perspectivas é preciso considerar a cultura enquanto dado humano concreto, situado no tempo e no espaço. Toda cultura, da mesma maneira que o homem que a cria, é imensa no devir histórico, e é constitutivamente impregnada de fatos, progressos, desvios e retomadas que influem objetivamente em sua própria natureza.

Caso não se tenha na devida conta essa “historicidade” (ou seja, o que as pessoas e os eventos

foram inoculando na “natureza” do homem), limitar-nos-íamos à procura da objetividade, atraçando as finalidades da própria ciência, à qual devia ajudar a ler com integridade o real.

Jamais existiu a assim chamada “natureza pura” do homem; ela esteve sempre sujeita a muitos condicionamentos da existência. Assim, por exemplo, a atual perda do sentido do pecado, que influiu e influi em toda a vida humana (e por isso, nas culturas), a prescindência do evento-Cristo, que coloca a existência humana e suas culturas em situação escatológica (ou seja, em necessária referência ao único verdadeiro “Homem novo”), privam a pesquisa científica e a docência escolar do conhecimento de indispensáveis dados objetivos para a integralidade da educação. É da transcendência escatológica de Cristo que a racionalidade humana em geral, bem como a racionalidade específica de cada disciplina, recebe uma luz de maior objetividade.

Não é algo indiferente para a realidade cultural e para a educação escolar não levar em consideração tais aspectos da existência no tempo. A dimensão da historicidade nas suas várias contribuições é objetivamente inerente, e com grande incisividade, a toda a realidade cultural.

O caminho por conhecer e percorrer não é o do homem abstrato e anônimo, mas o do homem concreto, situado na história. Por outro lado, a “cultura” não se identifica com a “natureza”, ainda que a ela fundamentalmente se reporte. A história tem muito que dizer da realidade humana.

A “história” entende-se aqui não tanto como uma disciplina escolar entre outras, mas como “critério de objetividade” na consideração de todas as disciplinas, a fim de que não sejam desenvolvidas e ensinadas com

uma espécie de ingenuidade própria de um paraíso terrestre. Não basta aprofundar a “natureza” do homem e elaborar utopicamente seus valores; é preciso considerar também o seu caminho nos séculos e seus itinerários pessoais. E a fé cristã, mesmo que olhe o real a partir de uma ótica não especificamente científica mas de um nível peculiar mais elevado, volta-se toda para a história do homem de maneira atenta e global, com plena e harmônica confiança em relação à razão humana. E assim, tanto do ponto de vista científico como do da fé, é preciso reconhecer que a objetividade do real humano, como também de todo o âmbito da criação, traz consigo ainda muito por descobrir.

Ora, se retomamos o discurso sobre modalidades do ensino na escola católica, deve-se dizer — como observação prévia — que o trabalho didático não se refere propriamente tanto ao campo científico da pesquisa para fazer progredir cada uma das ciências quanto sobretudo ao trabalho educativo para fazer crescer a pessoa mediante um conhecimento o mais completo possível da realidade.

O professor, pois, deverá saber usar sua profissionalidade científica e sua fé cristã em perspectiva pedagógica, harmonizando razão e fé no interior da própria disciplina. Justamente aqui é que já se dá um passo caracterizante na evangelização da cultura.

É tarefa e arte do educador que ensina pensar nos conteúdos da sua docência a partir do ponto de vista da educação integral, para colocá-la a serviço do crescimento da pessoa. Seu ensino não pode ser apenas instrução de ciência, mas promoção da educação na própria disciplina.

Assim, especialmente para as disciplinas humanistas (filosofia, literatura, história, psicolo-

gia, sociologia, etc.), a qualificação de “escolar” não é asséptica e alheia aos conhecimentos da fé, não significa somente o lugar e o nível de transmissão de tais disciplinas, mas implica uma dimensão específica e diferente do ensino laicista falsamente considerado neutro); é uma qualidade original que não se coloca em contraste com a competência e seriedade científica que evidentemente assume, mas está a favor de uma objetividade integral que deve ser transmitida.

E também por isso se compreende por que a escola católica não tem simplesmente uma função de suplência, mas ostenta uma feição específica que a caracteriza e empenha hoje num serviço exigente, cobrado pela nova evangelização, na convicção de possuir pontos de vista indispensáveis para propor no amadurecimento cultural.

Dever-se-ia acrescentar aqui a importância capital que deve assumir o ensino da religião na escola católica; é um tema vital que se deve harmonizar com as demais matérias e cuidar com peculiar competência.²⁷

Depois dessa visão da escola católica renovada, mister se faz reconhecer que, à proporção que mais avançamos nestas reflexões, vai aflorando espontâneo em nós um juízo crítico sobre o estado concreto de “catolicidade” nas nossas escolas atuais. Tal juízo se faz sobre o testemunho evangélico da comunidade educativa, sobre o especificamente cristão com que repensar a transmissão de cada uma das matérias (com suas perspectivas de sentido e abertura ao transcendente com metodologias e espaços apropriados), e ainda sobre as iniciativas de comunhão eclesial que lhe devem completar a fisionomia.

E a conclusão é: arregaçar as mangas!

²⁷ Cf. o documento da Congregação para a Educação católica: *La dimensione religiosa dell'educazione nella scuola* - 1988.

O estilo salesiano

É dentro do modelo global de escola católica, acima sucintamente descrito, que se delineia a fisionomia salesiana nas nossas presenças escolares. O CG23 nos diz, antes de tudo, que a comunidade dos irmãos é chamada a constituir-se em núcleo animador, capaz de envolver na mesma tarefa os colaboradores mais conscientes e de orientar toda a comunidade educativa para os objetivos escolhidos. Trata-se de um empenho de crescimento de comunhão que implica uma mentalidade nova com uma forma de gestão assumida solidariamente por todos.

²⁸ Cf. *Const.* 40.

Além dessa dimensão comunitária deve-se lembrar, de modo particular, o “critério oratoriano”,²⁸ que também é, como vimos, a raiz histórica da existência das nossas escolas com destinatários privilegiados, com opção popular, com um peculiar espírito de família, com uma clara orientação para o amadurecimento da fé, com criatividade educativa e iniciativas que ultrapassam o horário escolar.

Quanto à natureza, finalidades, métodos e resultados que se aguardam da animação salesiana, convém destacar que no ambiente escolar a nossa obra animadora propõe-se manter claras a identidade e as finalidades específicas da escola, mediante o projeto de agregar a comunidade educativa formada por colaboradores, pais, alunos e mantenedores, e de expressar um estilo educativo característico.

Isso tudo coloca em primeiro plano, como coação da animação, a função formativa. Trata-se de fazer com que a comunidade educativa se torne um autêntico sujeito eclesial, dentro do qual todos são envolvidos num processo de crescimento; realiza-se destarte a maternidade educativa da Igreja e apro-

veita-se de todo o seu patrimônio pedagógico e de graça.

A formação se desenvolve em quatro dimensões:

- a “cultural”, que ajuda a avaliar os eventos e as correntes de pensamento do nosso tempo que mais influem no homem;
- a “profissional”, que reforça a capacidade de enfrentar juntos os problemas juvenis específicos da escola e outros;
- a “cristã”, que leva a maior consciência do significado e exigências de ser crentes, a um sempre mais completo e profundo conhecimento do mistério do Homem novo e a uma autêntica experiência de fé;
- a “salesiana”, que repropõe e aprofunda continuamente o quadro de referência teórico e prático do Sistema Preventivo.

A animação constitui o verdadeiro salto de qualidade na atual renovação escolar. Ela importa um deslocamento de acento no serviço que a nossa consagração apostólica deve prestar. Dela se espera não apenas uma prestação de serviço próprio da ordem temporal, mas também e sobretudo uma força de convocação e agregação na fé; espera-se que a escola se torne memória e sinal da especificidade cristã. Em tal sentido os consagrados são chamados não só a ser administradores mais fiéis ou professores com uma visão cultural adequada, mas a traduzir em presença e impacto educativo sua opção radical por Cristo.

Além disso, a animação importa também uma deslocação de acento na administração das obras. Nelas a comunidade religiosa — conquanto numericamente reduzida — deve concentrar-se nos aspectos fundamentais, assegurando, sobretudo na orientação da obra, sua qualidade educativa e cristã.

Nessa luz destaca-se a importância da figura salesiana do “diretor”. Sabe-se que, segundo as Constituições,²⁹ ele não é apenas o guia da comunidade religiosa, mas também o primeiro responsável da missão, isto é, orientador dos trabalhos educativos e pastorais dos irmãos e da comunidade educativa, encarregado, numa palavra, também da sua organização e funcionamento.

²⁹ Cf. *Const.* 176.

Nos repetidos estudos que, um pouco por toda a parte, examinaram a possibilidade de separar a direção religiosa da comunidade da educativa e pastoral da obra, retornou-se sempre à figura tradicional. O CG21 preferiu indicar uma hierarquização das funções³⁰ e a atribuição de novas competências, mais do que sancionar a divisão entre responsabilidades religiosas, educativas e pastorais. E isso por uma razão fundamental: a experiência religiosa de nós salesianos compreende, como parte integrante e inspiradora, o cumprimento da missão. Nesta desemboca de forma pedagógica a nossa vida consagrada; e, vice-versa, da experiência religiosa se enriquece a nossa espiritualidade: é dinâmica da nossa “graça de unidade”. Tal princípio e as relativas aplicações foram focalizadas pelos últimos Capítulos Gerais e, portanto, configuram os critérios para dar organicidade à comunidade e à sua obra escolar.

³⁰ Cf. *CG21* 52-53.

Nos últimos tempos, porém, foi se criando em várias partes uma situação local na qual a instância pedagógica e organizativa é considerada pelos organismos civis como a responsável principal da escola. A isso acresce a já indicada complexidade dos componentes, em razão da qual o diretor em mais de um caso não pode tomar parte e acompanhar alguns dos aspectos escolares mais específicos. Por vezes sua profissionalidade não é posta em dia de

acordo com as atuais exigências escolares. Por isso, com ou sem intenção explícita, a figura do diretor dos estudos foi assumindo o papel de instância final, não só para a parte organizativa e didática, mas também para os objetivos, para as orientações da comunidade educativa, para a conformação da estrutura e o equilíbrio das funções, para o relacionamento com os diversos componentes educativos. É uma situação que se deve corrigir com um constante diálogo na comunidade.

De qualquer maneira, como conseqüência de fato, preferiu-se alguns nomear diretor um irmão que pudesse animar a comunidade religiosa sem assumir a responsabilidade principal do trabalho escolar. Se as circunstâncias não permitissem outras soluções ou aconselhassem tal solução como a melhor em determinado caso, poder-se-ia até tentar. Mas se em virtude de uma exceção de fato se entendesse mudar a práxis normal salesiana, tal procedimento deveria submeter-se a sério discernimento.

O diretor, na realidade, torna evidente a finalidade pastoral da escola salesiana, pela qual todas as funções técnicas são orientadas para a educação e esta para o crescimento e maturação na fé. Ele torna visível também a estrutura familiar da comunidade; e assim a última referência é a que exprime a paternidade e o afeto. Neste sentido o CG23 lhe recomenda um relacionamento pessoal com os jovens capaz de enfrentar os problemas de vida que eles mais sentem, promovendo, desta sorte, também o empenho vocacional.

Quanto foi dito sobre o diretor, porém, e mais em geral sobre o projeto e sobre a dimensão comunitária, exige que as diversas funções e relativas influências sejam coordenadas, deixando a cada

³¹ Cf. *Const.* 44.

uma a autonomia necessária, dentro de um espaço de diálogo que garanta união e convergência. Esse espaço situa-se na comunidade salesiana que, precisamente com a guia do diretor,³¹ assume a responsabilidade da missão e discerne situações e desafios para se manter fiel a suas finalidades e espírito próprio.

Cada função tem uma incidência educativa própria, que se torna positiva com duas condições: que seja julgada como complementar das demais funções e se inspire, no exercício de suas atribuições, na finalidade educativa e no projeto pastoral. De tais condições ninguém se pode eximir. Estão acima da função e pertencem à nossa missão. Deve-se, pois, corrigir perigosas contraposições ou separações, teóricas ou práticas, entre administração, educação e pastoral. A preocupação com a educação da fé guia e determina o programa, a estrutura, a organização e o exercício das funções, as intervenções de cada pessoa: “Somos chamados todos e em qualquer ocasião a ser educadores da fé”.³²

³² *Const.* 34.

Mestres de espiritualidade juvenil

Concluindo, apraz-me lembrar o que nos escreveu o Santo Padre na carta *Iuvenum Patris*: “Na Igreja e no mundo, a visão educativa integral, que vemos encarnada em João Bosco, é uma pedagogia realista da santidade. Urge recuperar o verdadeiro conceito de ‘santidade’, como componente da vida de todo crente. A originalidade e a ousadia da proposta de uma ‘santidade juvenil’ é intrínseca à arte educativa deste grande Santo, que pode com justiça ser definido como ‘mestre de espiritualidade juvenil’. Seu particular segredo foi o de não frustrar as aspirações profundas dos jovens (necessidade de vida, de amor, de expansão, de

alegria, de liberdade, de futuro), e ao mesmo tempo de levá-los de maneira gradual e realista a experimentar que somente na ‘vida de graça, isto é, na amizade com Cristo, se realizam plenamente os ideais mais autênticos’.³³

³³ *Iuvenum Paris* 16.

Sim, queridos irmãos, a nova evangelização exige para todos um clima de “novo ardor”, ou seja, uma vida de fé traduzida em espiritualidade que deve ser testemunhada e transmitida.

O CG23 tratou longamente³⁴ o tema da nossa espiritualidade salesiana que, justamente enquanto espiritualidade juvenil, se torna “espiritualidade educativa”: “fazer crescer os jovens em plenitude ‘segundo a medida de Cristo, homem perfeito’ é a meta do trabalho salesiano”.³⁵

³⁴ CG23 158-180.

³⁵ CG23 160.

Certamente entre os numerosos jovens das nossas escolas há uma variedade de níveis na sua experiência religiosa, mas o clima da escola é constituído sobretudo pela verdadeira espiritualidade do núcleo animador salesiano e da comunidade educativa. O testemunho de fé dos educadores influi no ambiente e move a fazer emergir grupos de alunos mais maduros, para que se tornem alegremente o fermento quotidiano de um crescimento da espiritualidade juvenil entre os colegas.

Peçamos a Maria Auxiliadora que nos alcance uma fidelidade cada vez mais viva a Dom Bosco para assimilar as nossas presenças na escola a especiais “comunidades cristãs de base”; nelas o projeto-homem será o mais novo e o mais definitivo, o escatológico de Cristo, o Senhor.

Que as próximas celebrações pascaís nos tragam a alegria do encontro com a máxima novidade da história, Cristo ressuscitado, para a ele oferecermos a nossa vontade de comprometer-nos na renovação da escola salesiana.

Dom Bosco interceda!
Cordiais saudações e votos fraternos.
Com afeto no Senhor,

P. João Maria

2.1 OS EX-ALUNOS DE DOM BOSCO: DESPERTAR, CONSOLIDAR, DESENVOLVER A EDUCAÇÃO RECEBIDA

P. Antonio MARTINELLI

Conselheiro para a Família Salesiana e a Comunicação Social

Os Capítulos Inspetoriais de 1992

Era previsível e obtivemos a prova nos Capítulos Inspetoriais de 1992: o empenho das inspetorias e das comunidades em favor dos Ex-alunos parece estagnado. A análise feita no Conselho Geral na leitura das reflexões e determinações inspetoriais, os relatórios dos Conselheiros Regionais e as notícias recolhidas nas visitas dos Conselheiros de Dicastério submeteram o tema dos Ex-alunos a atento exame da Congregação.

Deve-se reconhecer que o artigo 5^a das Constituições e as aplicações operativas dos Regulamentos Gerais aguardam o cumprimento almejado. O que ainda falta à sua realização não se deve debitar inteiramente aos Delegados, nem às comunidades salesianas, nem aos Ex-alunos: uma convergência de dificuldades, mais práticas que teóricas, não permite recolher os frutos correspondentes ao esforço e amortece um pouco o entusiasmo que resta.

Que fazer, então? Que indicar às comunidades, como empenho mínimo e indispensável, para sermos fiéis, não unicamente à tradição, mas à herança que nos foi confiada? Existe uma maneira para despertar, consolidar e desenvolver a educação recebida pelos nossos jovens?

Tomar consciência do problema e reconfirmar os pontos de referência

O Conselho Geral, antes do mais, convida as comunidades salesianas, destinatárias particulares das notas aqui reproduzidas, a reler a carta do Reitor-Mor de 19 de março de 1987: *os Ex-alunos de Dom Bosco*, ACG (1987) 321 pp. 3-40.

A leitura do documento deve levar:

- ao reconhecimento da importância do trabalho com os Ex-alunos, mesmo quando os resultados imediatos não forem encorajadores;
- ao reexame da educação que oferecemos aos nossos meninos e jovens nos diferentes ambientes da presença e atividade salesiana (não simplesmente da escola), para medir-lhe a qualidade efetiva;
- a assumir, por parte da comunidade salesiana, a responsabilidade de “uma animação que garanta a fidelidade às finalidades da Associação e à genuína inspiração de Dom Bosco” (ACG 321, p. 26).

Julgamos indispensável, além disso, que nos demos conta das dimensões do problema, como é vivido na vida salesiana concreta.

Algumas interrogações procuram fotografar os diferentes aspectos de uma situação que exige intervenção imediata. Na inspetoria e nas comunidades locais poderão ser mais bem definidos os pontos problemáticos.

1. Que devemos indicar como *meta mínima e empenho imprescindível no trabalho com os Ex-alunos?*

Comunidades e delegados das Uniões se encontram frequentemente numa atitude de insatisfação, quando na prestação de contas, entre trabalho e colheita, notam que a balança pende para a parte do trabalho.

Entretanto parecia haver feito todo o possível! E não faltam Ex-alunos de qualidade dispostos a manifestar amor a Dom Bosco e apego aos Salesianos!

O que parece não funcionar é a Associação, a organização da Federação, o grupo, não cada presença ou cada pessoa.

2. Na fase atual da história da Congregação, que se deve sugerir para *valorizar o “movimento”, a “associação”, o “núcleo animador”* dos responsáveis das Uniões locais, das Federações inspetoriais e nacionais, da Conferência mundial?

Comunidades e delegados não devem esquecer que a Associação dos Ex-alunos constitui uma realidade não homogênea. Esse o motivo pelo qual se fala de movimento dos Ex-alunos, de Associação e União dos Ex-alunos, de responsáveis nos diversos níveis.

Conseqüentemente, também não será homogênea a vitalidade da “educação recebida”, não só no momento em que foi dada, mas também nas suas expressões subseqüentes. Todos os Ex-alunos são Ex-alunos, não, porém, com a mesma intensidade de opção! Esta situação reflete-se na organização. Esquecê-lo significa ir ao encontro de problemas que não encontrarão solução adequada.

A meta mínima proposta às comunidades salesianas

1. Do ponto de vista organizativo

1.1 O que deve ser cuidado em primeiro lugar é a União local. Se ela for vigorosa, as Federações terão sentido e trabalho concreto. Ao contrário, constituir quadros formais de dirigentes não responde às intenções mais profundas da Associação.

1.2 Por isso, toda comunidade salesiana (não se fala unicamente de escolas!), ordinariamente, deve animar a União local dos Ex-alunos, mesmo que esta não possa contar senão com poucas presenças constantes e empenhadas, isto é, com um núcleo animador.

Uma inspetoria que no seu projeto não desse adequada importância a este elemento não responderia com fidelidade ao carisma salesiano.

As exceções, isto é, comunidades sem organização dos Ex-alunos, devem ser consideradas como exceções, nem é preciso recorrer a motivações insuficientes que tendam a dispensar deste compromisso.

1.3 Coerentemente, pois, o delegado inspetorial dos Ex-alunos tem como tarefa primária ajudar as comunidades locais a organizar e fazer viver as Uniões locais.

Outros compromissos serão considerados secundários e subordinados.

2. Do ponto de vista da animação

2.1 Em primeiro lugar, não se deve perder de vista a não homogeneidade da Associação dos Ex-alunos. Este lembrete significa que devem ser tratados de maneira diversa os três círculos concêntricos do “movimento”, da “associação” e do “núcleo animador”.

2.2 O Movimento dos Ex-alunos

Fazem parte do “movimento dos Ex-alunos” as numerosas pessoas que pelo menos guardam simpatia pela “educação recebida”, e nunca declararam positivamente sua exclusão. Com esses Ex-alunos deve-se estabelecer, pelo menos, “um circuito de comunicação” que mantenha contatos, ainda que esporádicos.

Imaginemos:

- 2.2.1 o encontro anual, quando as Uniões celebram sua pertença à Confederação e à Família Salesiana;
- 2.2.2 possíveis contatos, diretos ou por carta, em datas especiais, pessoais e familiares, em momentos felizes ou difíceis;
- 2.2.3 convocações personalizadas, com atenção, por exemplo, à competência profissional ou então a outros motivos capazes de envolver numa participação;
- 2.2.4 a organização de intervenções especiais no lugar, que requer a união de todas as forças salesianas para uma resposta mais adequada a cada problema.

Não é possível prever tudo. A criatividade dos delegados saberá encontrar outras modalidades de reunir.

Não se deve considerar coisa insignificante a existência do movimento Ex-alunos, mesmo quando não chega a expressar-se como inserção numa associação ou pertença a um núcleo de compromisso. Nem se deve subestimar, deste ponto de vista, o “componente afetivo” que muitos Ex-alunos sentem ainda em relação à comunidade salesiana.

2.3. *A Associação dos Ex-alunos*

A “União” constitui o centro da organização e da animação.

Os inscritos, além de se beneficiarem das iniciativas apresentadas no número anterior acerca do “movimento”, fazem surgir uma vida associativa que estimula e mantém “a educação recebida” a ponto de fazê-la tornar-se “educação aceita e partilhada”.

Por isso deve organizar-se:

- 2.3.1 um programa de formação permanente que responda às exigências de amadurecimento em harmonia com os valores da educação salesiana e da típica vocação cristã laical;
- 2.3.2 uma proposta de inserção nos âmbitos da vida social e política, com os critérios típicos de uma resposta integral, humana e cristã, particularmente em favor da juventude;
- 2.3.3 um acompanhamento na escolha do “voluntariado” civil e missionário, sobretudo por parte dos jovens Ex-alunos;
- 2.3.4 a oferta de pertença à Família Salesiana, como lembra o artigo 5º das Constituições dos Salesianos, que se pode exprimir também com a modalidade do Cooperador.

2.4. *O Núcleo animador dos Ex-alunos*

O “núcleo animador” da União vem a ser o grupo mais importante que se deve manter e animar.

Aos Ex-alunos responsáveis do conselho local devem ser prodigadas as forças melhores de uma comunidade e do delegado.

Fazer crescer o “núcleo” é garantir o desenvolvimento numérico e qualitativo da União.

- 2.4.1 Para tanto, o delegado os acompanha pessoal e individualmente, mantendo com eles contatos contínuos, até se tornar seu conselheiro espiritual.
- 2.4.2 A comunidade e o delegado não poderão considerá-los apenas como “destinatários” da obra educativa e evangelizadora. São, ao invés, preciosos colaboradores e co-responsáveis pela presença salesiana num lugar.
- 2.4.3 Por isso, a programação anual de uma comunidade não pode ignorar a presença deles. Deve fazê-los participantes do projeto e considerar sua contribuição qualificada.

É uma maneira diferente de ver os Ex-alunos e os membros mais comprometidos cristã e salesianamente.

É, outrossim, o único caminho para valorizar os dons de todos e fazê-los convergir para o bem da juventude, que permanece o compromisso fundamental de toda a Família de Dom Bosco e também dos Ex-alunos.

O horizonte de vida e desenvolvimento dos Ex-alunos salesianos

Não se poderá considerar encerrada a reflexão sobre os Ex-alunos e sobre os compromissos da comunidade salesiana, nos dois aspectos de organização e de animação, se faltar o quadro mais amplo que serve como “ambiente natural” dentro do qual cada um possa manifestar seus dons.

No Conselho Geral foram apontadas duas referências essenciais para a vitalidade dos Ex-alunos.

1. Ligações com e na Família Salesiana

Comunidades salesianas e responsáveis pela Associação tenham presente, em primeiro lugar, quanto afirma o novo Estatuto da

Confederação dos Ex-alunos e Ex-alunas de Dom Bosco no artigo 11: “A Confederação Mundial reconhece e pede o empenho da Congregação Salesiana como animadora dos Ex-alunos e Ex-alunas, com a incumbência de manter a unidade de espírito, estimular o diálogo, a colaboração fraterna e a formação espiritual permanente”.

A mediação da comunidade salesiana é necessária para o crescimento da Associação dos Ex-alunos.

Quando a comunidade se torna promotora de iniciativas e de empenhos com toda a Família de Dom Bosco, nos seus diferentes grupos, também os Ex-alunos encontram ou podem encontrar um papel próprio.

Isso pode dizer-se simultaneamente às Uniões locais, aos delegados salesianos e às comunidades.

Nenhum isolamento produz vida. Ao contrário, estar juntos em torno dos problemas juvenis de uma região oferece espaço a todos para contribuir com a própria especificidade e originalidade. A presença operativa suscita, destarte, simpatia e interesse e envolve outros Ex-alunos, agregando forças que darão início a novas atividades.

Os alunos, que vêem o caminho dos adultos, começam a considerar fato positivo e atraente continuar o testemunho dos que os precederam na organização dos Ex-alunos.

A vitalidade produz vida. São ainda poucas as comunidades que pensaram em organizar uma “consultoria ou conselho” da Família Salesiana. Dentro desse organismo, os Ex-alunos acharão mais fácil o diálogo e a colaboração.

Tudo isso corresponde às expectativas da Confederação dos Ex-alunos. Lê-se ainda no Estatuto: “Incrementar a comunhão ativa com toda a Família Salesiana, participando da criação e funcionamento de estruturas que facilitem, nela, a acolhida recíproca, o diálogo, a colaboração no trabalho e a interação dos diversos grupos”.

Há ainda um longo caminho por percorrer! Se os Salesianos não considerarem e inserirem no projeto educativo pastoral da comunidade a contribuição dos Ex-alunos, muitos esforços darão em nada. A inserção na comunidade educativa local, a participação na

busca de soluções pastorais para os problemas juvenis da região criarão relações novas entre todos os setores pastorais de uma obra, com proveito imediato e sensível também para os Ex-alunos.

2. O projeto leigos

Há um segundo aspecto fundamental para revitalizar a organização dos Ex-alunos: considerá-los operativamente quando da elaboração do “projeto leigos”.

A comunidade salesiana recebeu do CG23 o compromisso de elaborá-lo.

Em *Elementos e linhas para um projeto Leigos, apontamentos para as comunidades*, ACG n. 340, lembrava eu os seguintes pontos, que são oportunos no contexto dos Ex-alunos:

“O projeto nasce da partilha de alguns conteúdos que se podem encontrar em todas as Inspetorias do mundo. São valores e riquezas de espírito e espiritualidade que Dom Bosco viveu, organizou na sua experiência de Família, deixou em herança para quantos nele se inspiram”.

Boa parte da formação dos leigos está ligada à capacidade dos Salesianos de sabê-la organizar, de oferecê-la com continuidade e adequando-a a situações diferentes.

Em outras palavras, o projeto leigos nos compromete a difundir a mãos-cheias o espírito de Dom Bosco na Igreja e na sociedade. Muitas vezes os nossos Ex-alunos vêm a ser os mais avançados pontas-de-lança da nossa presença.

— “O fato de haver leigos em missão conosco e de nós com eles não é simplesmente uma soma quantitativa de forças e muito menos uma suplência forçada para compensar as nossas perdas e ausências. Trata-se de uma comunhão mutuamente enriquecedora entre vocações distintas mas complementares”.

Não são poucas as experiências em que Ex-alunos crescidos e formados no espírito de Dom Bosco souberam marcar, até de maneira autônoma, uma significativa presença.

Trata-se, muitas vezes, de oferecer-lhes um clima de apoio e animação; de apontar possíveis campos de atuação mais específica-

mente laicais, no setor da promoção social e da dimensão social da caridade; de garantir-lhes, na retaguarda, acompanhamento espiritual e formativo; de inseri-los em momentos de reflexão e programação: a “educação recebida” na idade jovem, florescerá seguramente numa educação renovada e multiplicada.

4.1 Crônica do Reitor-Mor

Nos primeiros dias do ano novo, o Reitor-Mor — ao mesmo tempo que prosseguiam os trabalhos da sessão plenária do Conselho geral — apresentou o Comentário à “Lembrança para 1993” em algumas casas de Roma.

Dia 6 de janeiro, festa da Epifania, esteve em Ortona, nos Abruzzos, com os jovens do “Soggiorno-Proposta”, comunidade de recuperação para toxicômanos. O Reitor-Mor conversou com os jovens e inaugurou um novo Centro de reuniões para os três grupos de acolhida.

Dia 7 abriu os trabalhos do seminário de estudo sobre a história salesiana, organizado pelo Instituto Histórico na Casa Geral.

Dia 15 falou aos participantes do encontro “Estudos de salesianidade”, promovido pelo Dicastério da Formação.

Em 29 de janeiro encerrou a interessante “Semana de espiritualidade” da Família Salesiana, da qual participara em diversos momentos.

Dia 30 encontrava-se em Ivrea para as celebrações do centenário daquela casa benemérita, donde partiram tantos missionários para os vários continentes. Foi depois a

Turim-Valdocco para celebrar a festa de Dom Bosco, que este ano teve uma participação ainda mais numerosa e comovente do que de hábito.

Encerrada, em 5 de fevereiro, a sessão plenária do Conselho, presidiu a “visita de conjunto” das Inspetorias da Itália. O importante encontro foi na Casa Geral, de 7 a 11 de fevereiro.

Dia 18 partiu para o México onde, entre outras coisas, pregou os Exercícios Espirituais a todos os diretores das duas inspetorias por ocasião da celebração do centenário da presença salesiana.

4.2 Crônica do Conselho Geral

Dia 1º de dezembro de 1992 começou a sessão invernal do Conselho Geral, que se prolongou até 5 de fevereiro de 1993, com 32 reuniões plenárias, além dos trabalhos em grupos e comissões.

A ordem do dia apresentou, como sempre, numerosos assuntos de governo “ordinário” como nomeações de conselheiros inspetoriais, diretores e mestres dos noviços; a abertura e ereção canônica de algumas casas; assuntos respeitantes a irmãos; bem como de caráter econô-

mico-administrativo. O tempo e o compromisso maior foi, porém, dedicado a alguns argumentos tanto de interesse de inspetorias como de caráter geral, referentes à animação e ao governo da Sociedade.

Eis, em síntese, a lista dos maiores argumentos tratados pelo Conselho.

1. Nomeação de inspetores

O Conselho Geral dedicou-se ao exame das consultas e ao discernimento para a nomeação de bom número de inspetores. Estes, em ordem alfabética, os superiores nomeados durante a sessão: Benno Benes para a inspetoria de Praga; Alain Beylot para a inspetoria de França-Paris; Juan Cantini para a inspetoria de Rosario, Argentina; Luciano Capelli, para as Filipinas-Norte; Luís Alfredo Cardenas para a inspetoria de Colômbia-Bogotá; Heriberto Herrera para a América Central; John Horan para a inspetoria de Dublin, Irlanda; José Ramón Iriarte para a Bolívia; Ernest Macák para a inspetoria de Bratislávia; José Troina para a inspetoria da Sicília; Mario Valente para a África Central. Foi também nomeado o P. Luis Zuppini como primeiro superior da nova circunscrição de Madagáscar. Podem-se ver alguns dados sobre cada inspetor no n. 5.2 deste número dos Atos.

2. Visitas extraordinárias

Nessa sessão foi dada muita atenção também aos relatórios das visitas extraordinárias às inspetorias, feitas no período agosto-novembro de 1992, apresentados pelos respectivos visitantes (conselheiros regionais). As inspetorias visitadas, cujo relatório foi apresentado, foram as seguintes (em ordem alfabética): Argentina-Rosario, Austrália, Brasil-Manaus, Colômbia-Bogotá, França-Lião, Índia-Bombaim, Espanha-Sevilha. Foi também examinada a visita à Delegação de Zâmbia e Uganda, na África.

3. Capítulos inspetoriais

Esta sessão destacou-se pelo notável número de Capítulos Inspetoriais (61) realizados nos meses anteriores, que o Conselho examinou, aprovando as deliberações, de acordo com o art. 170 das Constituições. Foram estes os Capítulos Inspetoriais aprovados (por ordem alfabética de inspetorias): África Central, África Meridional, Antilhas, Argentina-Bahia Blanca, Argentina-Buenos Aires, Argentina-Córdoba, Argentina-La Plata, Austrália, Bélgica-Sul, Brasil-Belo Horizonte; Brasil-Campo Grande, Brasil-Manaus, Brasil-Porto Alegre, Brasil-Recife, América Central, Chile, Colômbia-Bogotá, Colômbia-Medellín, Croácia, Equador, Filipinas-Norte, Filipinas-Sul, França-Paris, Alemanha-Mu-

rique, Japão, Haiti, Índia-Bangalore, Índia-Bombaim, Índia-Dimapur, Índia-Madrasta, Irlanda, Itália-Central, Itália Lígure-Toscana, Itália Lombardo-Emiliana, Itália Meridional, Itália Novarense-Helvética, Itália-Romana, Itália-Sardenha, Itália-Sicília, Itália-Subalpina, Itália Vêneta Este, Itália Vêneta-Oeste, Oriente Médio, México-Guadalajara, México-México, Holanda, Paraguai, Peru, Polônia-Cracóvia, Polônia-Pila, Polônia-Varsóvia, Polônia-Wroclaw, Portugal, Eslováquia, Espanha-Córdoba, Estados Unidos Leste, Estados Unidos Oeste, Hungria, Uruguai, Venezuela, Universidade Pontifícia Salesiana.

4. Relatórios dos Conselheiros Gerais

Momento importante para o conhecimento e partilha de acontecimentos e problemas foram também os relatórios que o Vigário e os Conselheiros de cada Dicastério apresentaram ao Conselho: foram ocasião para refletir sobre alguns aspectos específicos de animação e compromisso pastoral.

5. Temas de especial reflexão

Como nas outras sessões, foram mais amplamente aprofundados alguns temas que emergiram das reuniões anteriores, para os quais julgava-se oportuno descobrir orienta-

ções e linhas de ação. Eis alguns dos principais:

5.1 *Ex-alunos: proposta cristã, metodologia de intervenção, organização.*

Partindo da leitura da situação e das dificuldades encontradas pela Associação dos Ex-alunos, indagou-se qual o empenho concreto que pode ser pedido à Associação e ao núcleo animador, tendo em vista também o mais amplo desenvolvimento dos Ex-alunos, e sobretudo como as comunidades salesianas e os Delegados podem reavivar a relação e o compromisso com os Ex-alunos. No n. 2.1 do presente número dos ACG, o Conselheiro para a Família Salesiana apresenta uma síntese das orientações que surgiram no Conselho.

5.2 *Co-responsabilidade dos leigos relativamente à identidade salesiana das obras.*

Partindo de duas importantes orientações dos nossos Capítulos Gerais — por um lado a insistência sobre a comunidade salesiana “núcleo animador” da comunidade educativo-pastoral, e de outro a importância de envolver e co-responsabilizar os leigos — foram estudados os critérios para que a comunidade seja de verdade “núcleo animador”, e, pois, garante do carisma salesiano, e ainda as condições para que os leigos — adequadamente preparados e formados — possam

assumir plena responsabilidade na obra salesiana. Foram considerados também os casos nos quais aos próprios leigos, especialmente aos leigos da Família Salesiana, pode ser confiada uma obra da qual se tornem animadores, em sintonia com a inspetoria salesiana.

5.3 *Missões salesianas: práxis missionária, apoio econômico, planos de expansão.*

Servindo-se de um documento preparado pelo Conselheiro para as Missões, foram estudados alguns importantes aspectos da nossa práxis missionária, no presente momento, de modo especial os ligados à evangelização nos diversos contextos, à inculturação, à comunidade missionária. Tratou-se também do tema da relação entre planos de desenvolvimento, apoio econômico e práxis missionária.

6. Outros temas de animação e governo, desenvolvidos na sessão, foram os seguintes:

6.1 *Coordenação do Projeto África.*

Prosseguindo nas linhas da coordenação, já indicadas em precedentes sessões (cf. ACG 340 n. 4.3), o Conselho Geral aprofundou ainda alguns passos concretos que podem ser dados a curto prazo. De maneira especial: decidiu-se juntar as presenças salesianas do Congo, Gabão, Camarões, Guiné Equatorial numa

“Delegação” dos inspetores; foi dado parecer positivo para levar a efeito, em tempo oportuno, a união de Uganda com a visitadoria da África Leste; iniciou-se o estudo concreto para a constituição de uma circunscrição para Zâmbia e Malawi.

6.2 *Reestruturação de algumas inspetorias da Itália.*

Continuou-se o estudo iniciado nas sessões anteriores. O Conselho tomou especialmente algumas novas decisões acerca da configuração da futura “circunscrição especial do Piemonte”.

6.3 *Colaboração e coordenação na procura do pessoal.*

Trata-se do pessoal a serviço da Congregação, quer na Casa Geral e em outros serviços em Roma, quer na Universidade Pontifícia Salesiana e nas comunidades formadoras internacionais. O Conselho examinou de novo critérios e modalidades para envolver todas as inspetorias nessas questões. Passou depois a examinar exigências concretas e urgentes.

6.4 *Diretor do Instituto Histórico Salesiano.*

Como já foi anunciado no n. 343 dos ACG, o Reitor-Mor, com o parecer do seu Conselho, nomeou o P. Francesco Motto diretor do Instituto Histórico Salesiano. O novo diretor apresentou um relatório ao Conse-

lho, com as conclusões do seminário de estudo sobre a história salesiana, realizado na Pisana de 7 a 9 de janeiro de 1993.

Durante a sessão plenária, além das reuniões de trabalho, houve momentos importantes de fraternidade e oração. Merecem lembrados dois dias de espiritualidade: em 17 de dezembro de 1992, dia de retiro espiritual, e em 21 de janeiro de 1993, dia de “peregrinação” e espiritualidade no Santuário do “Divino Amor” perto de Roma. Simpáticas também as ceias fraternas — nas proximidades do Natal — com as comunidades formadoras (Gerini, Lanuvio, Testaccio) e com a comunidade do Pio XI.

Merece especial menção o meio dia — tarde de 14 de janeiro —

vivido conjuntamente pelos dois Conselhos Gerais das FMA e dos SDB, na Casa Geral das FMA. Foi um encontro de partilha e intercâmbio relativo a alguns importantes temas que interessam as FMA, os SDB e os nossos jovens, particularmente no que respeita ao que estamos fazendo para pôr em prática os nossos Capítulos Gerais. O dia encerrou-se com a oração da tarde, rezada em conjunto, e com a ceia, ocasião especial para manifestar espírito de família e alegria salesiana. Como se pôde notar nas intervenções do Reitor-Mor, da Madre Geral e dos Conselheiros e Conselheiras, foi um momento de comunhão certamente fecundo para a Família Salesiana.

5.1 XVI Semana de espiritualidade da Família Salesiana

A XVI Semana de Espiritualidade da Família Salesiana, promovida pelo Reitor-Mor com o seu Conselho, foi organizada este ano pelo Dicastério da Pastoral Juvenil. Realizou-se no “Salesianum”, em Roma, de 25 a 29 de janeiro de 1993. O tema da Semana — *Educar para o amor* — referia-se diretamente à Lembrança do Reitor-Mor para 1993: “Enraizados e fundados no amor: dom e compromisso”. Numerosos, como sempre, os participantes”: 130, representantes dos diversos grupos da Família Salesiana, provenientes de vários países da Europa.

O estudo do tema percorreu a trilha da espiritualidade, do amor que é dom de Deus encarnado na história e pede adesão e resposta, e do amor como experiência humana por viver em plenitude como “dom e compromisso”. Tratou-se, pois, de um enfoque educativo e espiritual do argumento.

Todo o tema fundou-se e fortaleceu-se no carisma de Dom Bosco e da tradição salesiana até às suas fases mais maduras dos últimos Capítulos Gerais. Enriqueceu-se também

com a palavra da Bíblia e da Teologia e com testemunhos atuais de vida comprometida na educação e no empenho de amar. Particularmente significativa foi a apresentação da Lembrança pelo Reitor-Mor. Foi uma ótima chave de leitura e interpretação do tema “educar para o amor” para todos os participantes da Semana.

Pode ser útil dar um rápido olhar ao desenvolvimento dos trabalhos.

Partiu-se de uma análise da situação, com um intercâmbio de experiências sobre a realidade e sobre o caminho que nos propomos na educação para o amor. Três intervenções, preparadas com o traçado de um roteiro, apresentaram — no primeiro dia — a situação da “educação para o amor”:

- um grupo de jovens romanos, dirigidos pelo P. Silvano Missori, esboçou com *a voz dos jovens* a realidade da educação para o amor, de acordo com suas experiências e análises (através de meios, instrumentos, modalidades em nível de família, escola, mass media, publicidade, trabalho, comércio, tempo livre, espetáculos, etc.), tanto nas formas positivas como nas negati-

vas; um pároco, o P. Tonino Lasconi, desenvolveu o tema: *Que significa educação para o amor?*. Apresentou de modo especial os conteúdos e a metodologia para a educação dos jovens no amor;

- um casal, Nino e Maria Pia Sanmartano, falaram de *Educação para o amor na família*. Mostraram como vêm hoje a educação para o amor dos filhos jovens do ponto de vista de um casal: como o amor que se quer dar aos filhos foi descoberto, como é recebido, experimentado pelos pais e transmitido; dificuldades, problemas, influências negativas e superação delas na educação dos filhos para o amor (referências ao diálogo, à confiança, à responsabilidade, às amizades, aos grupos, aos meios de comunicação, à escola, ao tempo livre, etc.).

No segundo dia três relações enfrentaram o tema do ponto de vista pedagógico e salesiano:

- O P. Lorenzo Macario tratou do tema: *Educação para o amor: aspectos psico-pedagógicos*.

O P. Juan Edmundo Vecchi apresentou a relação: *A educação para o amor segundo o ensinamento salesiano no pós-concílio*. Fez uma análise de como a sensibilidade pela educação para o amor evoluiu e amadureceu nos últimos anos, a partir do

Vaticano II, com os documentos capitulares dos SDB.

- Madre Antonia Colombo apresentou o tema: *A educação para o amor como co-educação*. Desenvolveu amplamente a educação para o amor, numa perspectiva de co-educação, de reciprocidade, ressaltando de modo particular a educação da mulher, nos documentos capitulares das FMA no período pós-conciliar.

Encerrando o segundo dia, Madre Marinella Castagno apresentou na “boa-noite” a atualidade da educação para o amor, com especial referência aos jovens mais necessitados.

O terceiro dia focalizou especialmente os aspectos da espiritualidade. Três as apresentações:

- uma de caráter bíblico: *A educação para o amor na Bíblia*, do P. Michael Winstanley;
- uma de reflexão teológica: *Projetar a educação para o amor para que seja uma “boa nova”*, do P. Riccardo Tonelli;
- e uma terceira, sobre o aspecto moral: *Leitura e interpretação moral-espiritual das experiências comunicadas*, pelo P. Guido Gatti.

Significativa, nesse terceiro dia, a mesa redonda, com o título: *Expressões diversas em contextos diversos*. Falaram os cônjuges Danese-De Nicola, da Itália, o senhor Michal Martinek, da República Tcheca, e o senhor Emílio Ramirez, da Espanha.

No último dia houve ainda uma exposição: *Aprender a amar: a educação relacional e sexualidade na escola*, apresentada pelo Côn. André de Wolf. Tratou-se de uma experiência original de educação para o amor do secretariado nacional para o ensino católico na Bélgica, com referência especial à publicação do livro “Liefde Leren”.

Como sempre, a Semana foi enriquecida por momentos de oração e de fraternidade, que fizeram perceber mais intensamente a comunhão da Família. Algumas conclusões, recolhidas nos trabalhos de grupo, e a palavra estimulante do Reitor-Mor sobre a “Lembrança para 1993”, como já se disse, são indicações preciosas para prosseguir no compromisso de “educar para o amor”, na esteira do método educativo de Dom Bosco.

5.2 Novos inspetores

Alguns dados dos novos inspetores, nomeados pelo Reitor-Mor, com o consentimento do Conselho Geral, durante a sessão plenária de dezembro-janeiro de 1993.

1. P. Benno Benes, inspetor de Praga (República Tcheca)

Foi nomeado para suceder ao P. Ladislav Vik à frente da inspetoria boêmio-morávia, com sede em Praga.

Nascido em Teplice, em 19 de abril de 1938, tornou-se salesiano nos anos difíceis da ocupação comunista. Por isso fez a primeira profissão em 4 de junho de 1967 e a profissão perpétua em 1970. Dois anos depois — 9 de setembro de 1972 — era ordenado sacerdote. Tem o título de especialista químico e conhece diversas línguas. Desde 1983 desempenhava, com competência e firmeza, o cargo de vigário do inspetor.

2. P. Alain Beylot, inspetor de Paris (França)

O novo inspetor da inspetoria do norte da França, com sede em Paris, sucede ao P. Gérard Balbo que terminou o sexênio.

Nasceu em Béziers, província de Hérault, em 23 de maio de 1945. Após haver freqüentado a obra salesiana de Melles, fez o noviciado em Dormans e a primeira profissão em Épron, dia 6 de setembro de 1970. Após os estudos filosóficos e o tirocínio, seguiu o curso de teologia e foi ordenado em Paris, dia 15 de abril de 1976.

Depois da licença em Ciências Químicas e em Psicologia, conseguiu também a de Teologia.

Em 1982 foi feito diretor da casa de Giel, e em 1983 passou a membro do Conselho inspetorial.

Desde 1987 era vigário do inspetor. Ao mesmo tempo, desde 1988

foi diretor da obra de Caen-Lemonnier. Desde 1991 dirige a casa de Binson.

3. P. Juan Cantini, inspetor de Rosario (Argentina)

Quase ao termo do sexênio como inspetor em Buenos Aires, o P. Juan Cantini foi feito inspetor da inspetoria de Rosario, na Argentina. Sucede ao P. Alejandro Buccolini, eleito Bispo.

Juan Cantini nasceu em Rosario, na província de Santa Fé (Argentina) dia 12 de março de 1928. Iniciada a experiência com os Salesianos de Dom Bosco no aspirantado de Rosario, fez o noviciado em Los Condores e a primeira profissão dia 6 de fevereiro de 1947. Depois do tirocínio prático, dos estudos teológicos e da ordenação sacerdotal, que recebeu em Córdoba, dia 7 de agosto de 1955, foi enviado à Itália para aperfeiçoar-se em Direito Canônico.

Obtida a láurea em Direito, o P. Cantini foi professor no Ateneu Salesiano, primeiro em Turim, depois em Roma.

Retornado à Argentina, na inspetoria de Bahia Blanca, em 1968 foi nomeado diretor da casa de Manucho, da qual, em 1970, foi transferido como diretor da casa de Viedma. Em 1972 era eleito inspetor da inspetoria de Bahia Blanca.

Terminado o sexênio de inspetorado, assumiu o cargo de

mestre dos noviços; no noviciado interinspetorial de La Plata. Em 1987 era novamente chamado ao serviço de inspetor, em Buenos Aires. Deve-se ressaltar sua participação nos quatro Capítulos Gerais: 20, 21, 22 e 23.

4. P. Luciano Capelli, inspetor da inspetoria de Manila, Filipinas (norte)

O P. Luciano Capelli sucede ao P. Francesco Panfilo, no fim do sexênio, como inspetor da inspetoria das Filipinas (norte), com sede em Manila.

Italiano de origem, nasceu em Tirano, província de Sondrio, em 19 de outubro de 1947. Feito o noviciado em Missaglia (inspetoria lombardo-emiliana), emitiu a primeira profissão dia 16 de agosto de 1965. Respondendo à vocação missionária, partiu logo para as Filipinas, onde fez suas primeiras experiências apostólicas.

De volta à Itália para os estudos de teologia em Turim, foi ordenado padre em sua terra natal, Cologna di Tirano, dia 28 de junho de 1975. Conseguiu, em seguida, a licença em Ciências da Educação.

Retornando às Filipinas, assumiu cargos de responsabilidade: diretor de Tarlac de 1981 a 1984, depois, por um sexênio, diretor da grande obra de Mandaluyong, Manila (1985-1991), e, a partir de 1991,

diretor de Quezon City. Ultimamente era conselheiro inspetorial e responsável pela formação.

5. P. Luis Alfredo Cardenas, inspetor de Bogotá (Colômbia)

O P. Luis Alfredo Cardenas Caro é o novo inspetor da inspetoria "São Pedro Claver" de Bogotá; sucede ao P. Carlos Julio Aponte, que concluiu o sexênio.

Nascido em Viracachá, província de Boyacá, Colômbia, em 12 de março de 1939, foi aluno dos Salesianos em Tunja, de onde foi para o noviciado de La Ceja, fazendo, em 29 de janeiro de 1959, a primeira profissão religiosa.

Terminados os estudos filosóficos e o tirocínio prático, fez o curso de teologia em Bogotá, onde foi ordenado sacerdote, dia 22 de junho de 1968, pelo Papa Paulo VI.

Após tirar sucessivamente a licença em Teologia e em Sagrada Escritura (Instituto Bíblico, Roma), foi por vários anos professor e formador.

Em 1982 foi-lhe confiado o cargo de vigário do inspetor, que desempenhou até 1990, continuando depois como conselheiro inspetorial. Foi também diretor da casa inspetorial por dois anos (1988-1990). Desde novembro de 1990 era diretor da comunidade dos estudantes de teologia de Bogotá (El Porvenir).

6. P. Heriberto Herrera, inspetor de San Salvador, América Central

Sucede ao P. Luis Ricardo Chinchilla, no fim do seu mandato, como inspetor da inspetoria da América Central, com sede em San Salvador.

Heriberto Herrera nasceu em Palmitos, Naranjo, na Costa Rica, em 27 de fevereiro de 1941. Aluno do colégio salesiano de San José, fez o noviciado em Santa Tecla, emitindo a primeira profissão dia 8 de dezembro de 1959. Após o curso filosófico e o tirocínio, estudou teologia no estudantado da Guatemala, onde foi ordenado dia 29 de junho de 1969.

Completando depois os estudos, tirou a licença em teologia moral no Alfonsiano de Roma.

Desempenhou várias tarefas educativas e pastorais. De 1975 a 1978, foi diretor de Campur, Guatemala. Desde 1984 era diretor e depois também pároco na missão de San Pedro Carchá. Recebeu aí a nomeação para inspetor.

7. P. John Horan, inspetor de Dublin, Irlanda

O novo inspetor da inspetoria de Dublin (Irlanda e Malta) é o P. John Horan. Assume o cargo após dois sexênios do P. Joseph Harrington.

John Horan nasceu em Abbeyfeale, província de Limerick, Irlanda, dia 18 de setembro de 1946. Depois de frequentar a escola salesiana de Ballinakill, fez o noviciado em Drumree, e os primeiros votos em 15 de agosto de 1966. Terminados os estudos filosóficos e o tirocínio prático, fez o curso de teologia em Maynooth e foi ordenado padre em 19 de junho de 1977.

Integrado primeiramente na comunidade formadora de Maynooth, foi nomeado, em 1981, conselheiro inspetorial e de 1987 a 1992 diretor da casa de Ballinakill. Em 1990 foi eleito vigário do inspetor; ultimamente exercia também a função de coordenador da pastoral juvenil.

8. P. José Ramón Iriarte, inspetor da Bolívia

Ao P. Carlo Longo, que terminava o sexênio de inspetor da inspetoria da Bolívia, sucede o P. José Ramón Iriarte Aguirrezabal.

Nasceu dia 18 de março de 1942 em Pamplona, Navarra, Espanha. Mas logo depois de frequentar os salesianos do Tibidabo de Barcelona, partiu para a Bolívia, onde fez o noviciado em Magdalena del Mar e emitiu a primeira profissão dia 31 de janeiro de 1960. Fez na Bolívia os estudos filosóficos e o tirocínio prático. Voltou à Espanha para a teo-

logia, que frequentou em Sevilha. Nessa cidade ordenou-se presbítero em 12 de abril de 1969.

De volta à Bolívia, assumiu funções educativas pastorais (conseguiu o título de professor efetivo), e em dezembro de 1974 foi nomeado diretor da casa de La Paz, Colegio Don Bosco. Cumpriu aí um primeiro triênio (1974-1977); depois foi novamente diretor dessa importante obra por outro sexênio (1983-1990).

Em 1985 foi nomeado conselheiro inspetorial, e a partir de 1990 era diretor do Colegio Don Bosco de Santa Cruz.

9. P. Ernest Macák, inspetor de Bratislávia, Eslováquia.

O P. Ernest Macák sucede ao P. Jozef Kaiser na inspetoria eslovaca "Maria Auxiliadora", com sede em Bratislávia.

Nasceu em Vistuk, província de Bratislávia, Eslováquia, dia 7 de janeiro de 1920.

Aluno do colégio salesiano de Sastin, fez o noviciado na casa de Sväty Benadik, onde emitiu a primeira profissão religiosa em 1º de agosto de 1936. Fez na Eslováquia os estudos filosóficos, o tirocínio e a teologia, durante o difícil período da guerra, coroando-a com a ordenação sacerdotal em 29 de junho de 1946.

Seguiram-se para ele anos de dificuldades, devidos à ocupação e à supressão dos institutos religiosos. Conseguiu sair da Eslováquia e chegar à Itália, onde se agregou à comunidade dos eslovacos em Roma, como diretor de 1976 a 1985. Em 1988, foi enviado a Basel, Suíça, a fim de abrir para os eslovacos uma presença dependente da inspetoria novarense-helvética.

Em 1991, após a abertura das fronteiras, pôde voltar à pátria, onde foi destinado a dirigir a casa de Sastin, que retomava as atividades.

10. P. Giuseppe Troina, inspetor da inspetoria da Sicília

O P. José Troina foi nomeado inspetor após o sexênio do P. Vittorio Costanzo.

Nascido em Agira, província de Enna, em 21 de dezembro de 1944, foi aluno da casa salesiana de Pedara, donde foi para o noviciado de San Gregorio, fazendo aí a primeira profissão religiosa dia 24 de dezembro de 1960.

Concluídos os estudos filosóficos e o tirocínio, fez os estudos teológicos em Roma, na Universidade Pontifícia Salesiana, obtendo a licença em teologia. Em Roma foi ordenado presbítero, dia 3 de abril de 1971.

De volta à Sicília, dedicou-se ao trabalho educativo e pastoral. Em

1979, foi-lhe confiada a direção da casa "Don Bosco" de Caltanissetta. Apenas dois anos depois, foi feito diretor do "Gesù Adolescente" em Palermo. Terminado o sexênio em Palermo, foi nomeado, em 1987, diretor em Catania-Barriera, onde ainda se encontra. Desde 1987, era também conselheiro inspetorial.

11. P. Mario Valente, inspetor da África Central

O P. Mario Valente é o novo inspetor da inspetoria de "Maria Auxiliadora" da África Central (Burundi, Ruanda, Zaire). Sucede ao P. Jean-Pierre Tafunga, eleito bispo.

Nasceu em Gaeta, Itália, dia 30 de julho de 1938. Aluno do Oratório salesiano de Gaeta, sentiu a vocação salesiana e foi enviado a Varazze para o noviciado, encerrando-o com a primeira profissão em 1º de outubro de 1954.

Fez a filosofia e o tirocínio na inspetoria de Roma; em seguida, o curso de teologia no Ateneu Salesiano de Turim, onde conseguiu a licença em teologia. Foi ordenado em Turim, dia 11 de fevereiro de 1966.

Respondendo ao chamado missionário, partiu para o Zaire, onde logo se dedicou ao campo da formação (professor de teologia) e ao apostolado. Foram vários os cargos de responsabilidade que desempenhou na inspetoria: conselheiro

inspetorial a partir de 1975, diretor da grande obra "Cit  des Jeunes: de Lubumbashi em 1979: foi, em 1981, nomeado vigário do inspetor e desde então sempre desempenhou com dedica o essa fun o. Foi ao mesmo tempo, em diversas oportunidades, encarregado da forma o e delegado da Família Salesiana.

12. P. Luis Zuppini, superior da circunscric o especial de Madagáscar

Como primeiro superior da nova circunscric o "Maria Imaculada" de Madagáscar foi nomeado o P. Luis Zuppini, que já ocupava o cargo de "Delegado do Reitor-Mor" para Madagáscar.

Nascido em San Michele de Verona, em 9 de novembro de 1943, Luis Zuppini foi aspirante em Castello di Godego, donde foi para o noviciado salesiano de Albar . A  emitiu a primeira profissão religiosa, em 16 de agosto de 1960.

Depois de terminar os estudos filosóficos e a experiência do tirocínio, fez o curso teológico no Ateneu Salesiano de Roma, onde conseguiu a licença em teologia. Foi ordenado sacerdote em San Michele Extra, sua terra natal, em 18 de abril de 1971.

Depois de alguns compromissos educativos e apostólicos, foi logo chamado a cargos de dire o. De 1978 a 1982 foi diretor em Venezia-

Castello. Conselheiro inspetorial desde 1981, em 1982 foi nomeado inspetor da inspetoria "San Marco" de Mogliano Veneto.

Concluído o sex nio de inspetor, aceitou o convite para ir para Madag scar, onde foi nomeado "Delegado do Reitor-Mor" para coordenar as diversas presenças salesianas da ilha. Agora, o Reitor-Mor com o seu Conselho nomeou o superior da nova circunscric o com estatuto especial.

5.3 Novo bispo salesiano

Dom Pedro Luis Ronchino, bispo de Comodoro Rivadavia, Argentina

Dia 31 de janeiro de 1993, festa de S. João Bosco, o Osservatore Romano publicava a notícia da nomea o do sacerdote salesiano *Pedro Luis Ronchino* para bispo da diocese de, na Argentina.

Nascido em Rosario, na província de Santa Fé, Argentina, em 18 de junho de 1928, Pedro Luis Ronchino, depois de haver freqüentado o colégio salesiano de Rosario, fez o noviciado em Los Condores, onde emitiu a primeira profissão no dia 31 de janeiro de 1945.

Após o tirocínio, estudou teologia no estudantado de Córdoba, onde foi ordenado padre em 1  de agosto de 1954. Esteve depois em Turim, no Ateneu Salesiano, onde comple-

tou os estudos, conseguindo a láurea em filosofia (1958).

De volta à Argentina, ocupou sucessivamente vários cargos: Diretor da casa de Vignaud: de 1959 a 1965; depois, professor e diretor do estudantado teológico salesiano de Córdoba-Villada (1966-1968): foi, em seguida, por um triênio (1968-1971) diretor da comunidade "Sto. Tomás de Aquino" no Pontifício Ateneu Salesiano de Roma. Em

1971, foi nomeado vigário do inspetor de Córdoba, e ao mesmo tempo diretor do instituto salesiano de catequese e delegado para os cooperadores salesianos.

Enviado a Comodoro Rivadavia, foi, em 1975, nomeado vigário geral da diocese. Por morte do bispo D. Argimiro Moure, SDB, que se deu em 8 de setembro de 1992, D. Ronchino havia sido eleito administrador diocesano dessa mesma diocese.

5.4 Estatísticas do pessoal salesiano em 31.12. 92

Insp.	Tot. 1991	Professos temporários				Professos perpétuos				Tot. Professos	Noviços	Tot. 1992
		L	S	D	P	L	S	D	P			
AFC	240	14	39	0	0	25	5	0	141	224	11	235
AFE	82	1	12	0	0	13	14	0	46	86	2	88
AFM	64	1	3	0	0	5	2	0	50	61	0	61
ANT	191	3	23	0	0	15	8	0	92	141	15	156
ABA	207	3	19	0	0	15	6	0	162	205	0	205
ABB	151	0	9	0	1	18	6	0	116	150	1	150
ACO	180	5	25	0	1	11	15	0	115	172	5	177
ALP	112	2	5	0	0	10	9	0	74	100	3	103
ARO	146	2	16	0	0	18	16	0	91	143	0	152
AUL	128	4	14	0	0	21	3	0	84	126	0	126
AUS	143	3	10	0	0	11	2	1	111	138	2	140
BEN	218	0	10	0	0	23	3	0	180	216	3	219
BES	111	4	5	0	0	8	1	0	86	104	1	105
BOL	145	6	34	0	0	14	7	0	74	135	14	149
BBH	173	5	14	0	0	20	8	0	122	169	14	183
BCG	158	4	24	0	0	23	2	0	103	156	0	156
BMA	135	7	22	0	0	21	10	0	66	126	7	133
BPA	116	1	13	0	0	11	1	0	87	113	7	120
BRE	93	1	11	0	0	16	4	0	56	88	10	98
BSP	211	4	20	0	1	33	7	0	144	209	6	215
CAE	37	0	1	0	0	5	2	0	27	35	1	36
CAM	260	14	55	0	0	23	9	0	148	249	15	264
CEB	192	6	47	0	0	12	1	0	131	197	20	217
CEP	218	3	38	0	12	11	9	1	133	207	17	224
CIL	259	8	46	0	0	22	14	0	162	252	8	260
CIN	142	1	7	0	0	36	4	0	95	143	1	144
COB	208	1	34	0	0	38	9	0	112	194	4	198

60 ATOS DO CONSELHO GERAL

Insp.	Tot. 1991	Professos temporários				Professos perpétuos				Tot. Professores	Noviços	Tot. 1992
		L	S	D	P	L	S	D	P			
COM	170	1	36	0	0	18	5	0	100	160	9	169
CRO	94	0	9	0	0	6	5	0	68	88	3	91
ECU	256	6	25	0	0	27	10	0	174	242	8	250
FIN	367	10	43	0	0	20	15	0	112	200	8	208
FIS	0	20	54	0	0	11	9	1	57	152	19	171
FLY	169	0	3	0	0	34	4	0	124	165	0	165
FPA	243	4	10	0	0	31	3	0	182	230	4	234
GBR	153	2	10	0	0	17	5	0	117	151	2	153
GEK	183	6	16	0	0	38	3	0	117	180	1	181
GEM	309	10	14	0	0	69	8	0	192	293	4	297
GIA	140	3	21	0	0	19	1	0	92	136	7	143
HAI	0	1	11	0	0	1	3	0	26	42	2	44
INB	273	7	85	0	0	18	22	0	124	256	16	272
INC	304	4	46	0	0	37	28	0	181	296	20	316
IND	194	4	52	0	0	5	15	0	105	181	8	189
ING	299	4	81	0	0	27	19	0	162	293	10	303
INH	0	1	37	0	0	3	10	0	52	103	7	110
INK	346	3	63	0	0	8	35	0	113	222	11	233
INM	403	6	136	0	0	27	32	0	190	391	24	415
IRL	131	2	12	0	0	10	2	0	102	128	3	131
IAD	165	1	4	0	0	30	1	0	123	159	2	161
ICE	349	7	10	0	0	125	6	1	186	335	1	336
ILE	414	6	28	0	0	66	8	0	302	410	11	421
ILT	221	1	10	0	0	40	1	1	164	217	2	219
IME	335	1	26	0	0	47	7	0	245	326	4	330
INE	207	2	7	0	0	42	8	0	144	203	1	204
IRO	307	0	21	0	0	54	3	3	212	293	7	300
ISA	90	1	6	0	0	9	1	0	70	87	0	87
ISI	363	4	21	0	0	33	7	0	282	347	0	347

Insp.	Tot. 1991	Professos temporários				Professos perpétuos				Tot. Professos	Noviços	Tot. 1992
		L	S	D	P	L	S	D	P			
ISU	463	7	22	0	0	95	4	0	318	446	5	451
IVE	306	2	25	0	0	56	7	1	205	296	3	299
IVO	243	5	12	0	0	47	3	0	170	237	1	238
KOR	70	8	20	0	0	9	8	0	21	66	7	73
MEG	211	14	41	0	1	9	14	0	122	201	12	213
MEM	226	14	68	0	0	14	8	0	105	209	10	219
MOR	158	4	23	0	1	26	3	0	92	149	6	155
OLA	86	0	1	0	0	25	0	1	57	84	0	84
PAR	102	0	25	0	0	8	5	0	61	99	4	103
PER	165	3	25	0	0	13	12	0	98	151	8	159
PLE	398	9	96	0	1	20	35	0	215	376	30	406
PLN	342	4	97	0	0	12	24	0	191	328	10	338
PLO	259	1	47	0	0	2	25	0	170	245	6	251
PLS	282	0	74	0	0	12	27	0	138	251	11	262
POR	197	2	17	0	0	53	8	1	112	193	7	200
SLO	150	0	16	0	0	16	7	0	101	140	2	142
SBA	262	0	18	0	0	41	10	0	186	255	2	257
SBI	259	8	27	0	0	56	17	0	145	253	7	260
SCO	151	3	18	0	0	8	5	2	104	140	3	143
SLE	273	10	16	0	1	68	15	0	153	263	2	265
SMA	422	10	29	0	0	99	17	0	249	404	7	411
SSE	198	2	22	0	0	31	3	0	130	188	3	191
SVA	208	6	19	0	0	32	7	0	142	206	3	209
SUE	241	1	7	0	0	51	6	0	170	235	5	240
SUO	123	1	5	0	0	28	3	0	81	118	3	121
THA	106	4	14	0	0	12	5	0	68	103	5	108
UNG	64	0	5	0	3	3	0	0	54	65	6	71
URU	148	1	17	0	0	10	6	0	112	146	3	149
VEN	240	5	28	0	0	21	11	1	165	231	10	241

62 ATOS DO CONSELHO GERAL

Insp.	Tot.	Professos temporários				Professos perpétuos				Tot.	Noviços	Tot.
	1991	L	S	D	P	L	S	D	P	Professos		1992
VIE	98	2	15	0	0	12	43	0	19	91	7	98
UPS	124	0	0	0	0	13	0	0	113	126	0	126
RMG	89	0	0	0	0	20	0	0	70	90	0	90
EST	20	0	6	0	0	0	2	0	25	33	10	43
Tot.	17.489	346	2.308	0	22	2.272	793	14	11.088	16.843	568	17.411
Bispos	86									86		86
Tot.	17.575	346	2.308	0	22	2.272	793	14	11.088	16.929	568	17.497

N.B. Em 1992 começaram as novas circunscrições: FIS, HAI, INH, separadas respectivamente de FIN, ANT, INK. Com EST são indicados os países do Leste da Europa: incluem-se somente irmãos e noviços não computados em outras Inspetorias.

5.5 Irmãos falecidos (1993 — 1ª elenco)

“A fé no Cristo ressuscitado sustenta a nossa esperança e mantém viva a comunhão com os nossos irmãos que repousam na paz de Cristo. Consumiram a vida na Congregação, e não poucos sofreram até mesmo o martírio por amor do Senhor. ... Sua lembrança é estímulo para continuarmos com fidelidade nossa missão” (Const. 94).

Nome	Lugar	Data da morte	Idade	Insp.
L ALTENEDER Alfons	Bamberg	14.02.93	85	GEM
P BELL Thomas	Bolton	10.02.93	85	GBR
P BELTRAN CORTES Santiago	Medellín	06.12.92	63	COM
P BERTOLD Natale	Porto Alegre	07.03.93	66	BPA
L BUJWID Franciszek	Lutomiersk	11.03.92	89	PLE
P CHADWICK William	Londres	09.03.93	86	GBR
L CIOCCI Giuseppe	Roma	24.01.93	74	IRO
P D'AGOSTINI Leone	Caracas	14.12.92	87	VEN
P DEBUSSCHER Jozef	Gent	14.01.93	71	BEN
L ELLENA Gradino	Maroggia (Svizzera)	03.03.93	83	INE
P FERRARI Jandir Luiz	Curitiba	09.01.93	45	BPA
P GAMBIRASIO Giacomo	Sesto San Giovanni	26.02.93	82	ILE
L GAVELLO Giovanni	Turim	23.12.92	79	ISU
P GIOI Giovanni	Nuoro	11.01.93	57	MOR
P GUZMAN CORONA Jesús	México	13.02.93	88	MEM
P HNILA Frantisek	Rajnochovice	27.02.93	76	CEP
P HUYNEN Joseph	Liège	24.01.93	74	BES
P JACUZZI Leonardo	Araçatuba	01.03.93	84	BCG
Foi Inspetor por 3 anos				
P JANNINI José Geraldo	Ponte Nova	03.02.93	61	BBH
P KUPPENS Henri	Lubumbashi	19.12.92	83	AFC
P MARCHAJ Stanislaw	Kopiec	31.12.92	77	PLO
P MAROCCO Giuseppe	Carmagnola	28.01.93	79	ISU
P MARTIGNON Gaetano	Lima	20.12.92	76	PER
P MIRANDA Gleiton	Santa Bárbara	18.01.92	63	BSP
P MOOK Wilhelmus	Leiden	03.02.92	78	OLA
P MURAD Julio	Buenos Aires	25.12.92	67	ABA
L NARCISO Armando	Monteortone	27.02.93	79	IVO
P NIÑO MOLINOS Ramón	México	03.03.93	72	MEM

Nome	Lugar	Data da morte	Idade	Insp.
P ODZIEMCZYK Stanisław	Wola Miastkowska	01.10.92	68	PLN
L OLMOS LOPEZ Gabriel	Ibagué	30.03.92	74	COM
P PALMISANO Nicola	Roma	20.01.93	52	IME
P PASSOS Efigenio	Barbacena	11.12.92	68	BBH
P PASTORE Romeo	Buenos Aires	16.01.93	76	ABA
P PIOVESAN Gelindo	Caracas	17.01.93	56	VEN
P PIRES Osorio Antonio	Curitiba	17.01.93	77	BPA
P POLET Antoon	Groot-Bijgaarden	11.03.93	80	BEN
P PUNGERCAR Joze	Jesenice	08.11.92	72	SLO
L QUILEZ GARCIA Fabián	Urnieta	06.03.93	92	SBI
P QUIROZ LARA Guillermo	Santiago	17.02.93	85	CIL
P RINALDI Pietro	Turim	28.02.93	82	SUE
P SANCHEZ SALCEDO Cayetano	Pereira	23.04.92	84	COM
P SANSOE Giovanni	Perugia	14.12.92	67	IAD
L SCHIAVONI Nicolás	Mar del Plata	21.10.92	78	ALP
P SCHMITZ Tobias	Curitiba	09.01.93	64	BPA
P SCHROOTEN Jean	Bonheiden (Belgio)	29.01.93	83	AFC
L SINDLER Jaroslav	Moravec	26.02.93	74	CEP
P SZEWCZYK Kazimierz	Lubin	19.02.93	74	PLO
P TRIMELONI Ludovico	Negrar	26.02.93	71	ISU
P TURA Ernesto	Verona	05.03.93	90	IVO
P VILLORDO ROMERO Javier	Monterrey	31.01.93	41	MEG
P WALOSZEK Ludwik	Campo Grande	29.01.93	84	BCG
P WILCZEK Carlos Eduardo	Curitiba	09.01.93	33	BPA
P WILK Józef	Debno Lubuskie	29.09.92	57	PLN
P WROBEL Józef	Miechow Kolonia	21.01.93	83	PLN
P ZAMBONI Agostino	Nave	05.02.93	82	ILE
P ZIPSER Josef	Timelkam	07.02.93	80	AUS
P ZMRZLÍL Alois	Moravec	09.12.92	80	CEP

Nota: Estão nesta lista também irmãos falecidos em 1992 não computados em números anteriores dos ACG.